

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-12-2021.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 540/21 (Processo nº 1212/21), de autoria de Alexandre Bobadra. Também, foi apregoadado o Ofício nº 3218/21, do Prefeito, informando sua ausência do Município do dia sete ao dia nove de dezembro do corrente, a fim de participar da ação “Dia D”, em Brasília – DF. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Maristela Maffei, presidente da Associação Comunitária da Vila Santa Helena, que se pronunciou acerca da linha de lotação Santa Helena Bonsucesso. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Karen Santos, Daiana Santos e Jessé Sangalli manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e cinco minutos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Foram aprovados requerimentos verbais formulados por Márcio Bins Ely e Bruna Rodrigues, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/21, discutido por Jonas Reis, e os Projetos de Lei do Legislativo nos 445/21 e 122/20, este discutido por Claudio Janta e Jonas Reis; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 054/21. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Giovane Byl e Karen Santos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Laura Sito. Na ocasião, por solicitação de Bruna Rodrigues, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a José Wilson da Silva. Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 032/21 (Processo nº 1267/21), por VINTE E SEIS VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, após ser discutido por Pedro Ruas, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Comandante Nádia, Karen Santos, Jonas Reis e Idenir Cecchim e encaminhado à votação por Pedro Ruas, Jonas Reis, Claudio Janta, Mauro Pinheiro e Comandante Nádia, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio

Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21 (Processo nº 0707/21), após ser discutido por Leonel Radde, Cláudia Araújo, Moisés Barboza, Aírto Ferronato, Giovane Byl, Mônica Leal, Cassiá Carpes, Roberto Robaina, Laura Sito, Hamilton Sossmeier, Lourdes Sprenger, Claudio Janta, Mauro Pinheiro, José Freitas, Comandante Nádia e Alexandre Bobadra. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Aírto Ferronato, à Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21. Foi apregoado requerimento de autoria de Aírto Ferronato, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21. Foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21. Foi apregoado requerimento de autoria de Roberto Robaina, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21. Foi apregoada a Emenda nº 06, assinada por Moisés Barboza, Hamilton Sossmeier e Cassiá Carpes, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, e foi aprovado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 07, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoada a Emenda nº 08, assinada por José Freitas e Alvoni Medina, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, e foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 09, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, e foi aprovado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoado requerimento de autoria de Alvoni Medina, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21. Foram apregoadas a Emenda nº 10 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, assinadas por José Freitas e Alvoni Medina, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, e foram aprovados requerimentos de autoria de José Freitas, solicitando que essa emenda e essa subemenda fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 035/21 (Processo nº

0841/21), de autoria de Márcio Bins Ely. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, por OITO VOTOS SIM e VINTE E QUATRO VOTOS NÃO, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, por NOVE VOTOS SIM e VINTE E QUATRO VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Leonel Radde, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em prosseguimento, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21 foi encaminhado à votação por Jessé Sangalli, Leonel Radde, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Leonel Radde, Claudio Janta, Moisés Barboza, Felipe Camozzato e Comandante Nádia. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Moisés Barboza, solicitando a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, nos termos regimentais. Foram aprovados requerimentos verbais formulados por Comandante Nádia, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nos 01, 06 e 09 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e OITO VOTOS NÃO, tendo votado sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21. Foi rejeitada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 03 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, por NOVE VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth,

Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21, por VINTE E SEIS VOTOS SIM e OITO VOTOS NÃO, tendo votado sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 149/18 (Proc. nº 1326/18). Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 031/21 (Processo nº 1234/21), o qual teve sua discussão suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Pedro Ruas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Comandante Nádia, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, sejam bem-vindos. Registramos a presença do Sr. Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Articulação Política; do ex-vereador, Guto Lopes, de Viamão, bem-vindo, obrigado pela presença; e também a nossa ex-prefeita de Cristal, seja bem-vinda, prefeita Fábiana Richter, sua presença abrilhanta os trabalhos da nossa sessão, muito obrigado. De imediato, convido o nosso diretor Luiz Afonso para proceder com a chamada para darmos início à sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que faça a leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo Ofício nº 3218/GP, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, informando sua ausência do Município do dia 7 ao dia 9 de dezembro de 2021, a fim de participar de ação, chamada de “Dia D”, no Congresso Nacional, em Brasília – DF.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Comunitária da Vila Santa Helena – Ascovisah, que tratará de assunto relativo ao táxi-lotação Santa Helena/Bonsucesso. A Sra. Maristela Maffei, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos. Bem-vinda de volta, sempre vereadora. (Palmas.)

SRA. MARISTELA MAFFEI: As palmas foram para a comunidade, Presidente. Sr. Presidente, eu não vou perder o costume Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, comunidade aqui presente, quero destacar aqui a presença do pessoal lá da Bom Sucesso, da Panorama, da Santa Helena, do Jardim Franciscano, lá do Morada das Pedras, também aqui o Guto, o Adãozinho Preto, o pessoal todo aqui conosco nesse momento tão importante.

Nós sabemos, Presidente, que o senhor também está conosco nesta pauta, assim como o Pablo Melo e tantos outros, a Laura, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, e aproveito para cumprimentar a todos os vereadores e vereadoras.

Tenho pouco tempo, mas quero historicizar rapidamente, porque no período da pandemia, quando houve uma deixa, na Restinga, do desdobramento da lotação que atendia não mais o eixo, mas também, Ver. Ferronato, o eixo também da Restinga Velha, nós fomos reivindicar e conseguimos, ainda no governo Marchezan, sensibilizá-los, porque era importante que também fizessem a mesma coisa com a nossa linha de ônibus Partenon/Lomba do Pinheiro, e conseguimos.

Veja, vereador, Presidente, senhoras e senhores, comunidade, Ver.^a Karen, que em dois meses e vinte e cinco dias foram 51 mil usuários; isso pela estatística que nos passada pela ATL e pela EPTC. Terminado esse período do governo, na transição, nos foi tirado o lotação, e, numa negociação com o Executivo municipal, mais o secretário Záchia e a ATL, juntamente com a comunidade, foi construída a possibilidade da volta do lotação.

A EPTC nos mandou, e mandou para a ATL, o número, solicitando o número de lotações e horários que iriam ocorrer, criou-se uma expectativa com a comunidade. No dia da volta, Presidente, tudo anunciado, com alto-falante, com faixas, a comunidade em festa, tudo certo, a ATL já havia comunicado que o prefeito municipal ia se fazer presente no dia, Ver. Oliboni. E o que ocorreu, Ver.^a Laura? Simplesmente algo nebuloso no caminho aconteceu, porque nos comunicaram – sempre vereador Adão Preto – que não haveria mais lá o nosso lotação. Disseram a nós que a pandemia havia acabado e que não havia necessidade. Disseram que a Sudeste ia agora

colocar muitos horários e muitos ônibus lá. Sabem qual foi o argumento principal? Sobreposição. Vejam bem, então, nas principais vias de Porto Alegre, não há sobreposição? Disseram que a PGM estava preocupada com a questão legal por não haver licitação. Pergunto aos senhores legisladores desta Casa, que muitos foram vereadores comigo aqui nesta Casa: quantas licitações de lotação existe em Porto Alegre? Pois eu digo: são duas, Belém Novo e Restinga. Os ônibus não têm licitação. Qual é o problema, então, conosco lá naquela comunidade? Nós queremos dizer para o Consórcio União da Bacia Urbana Sudeste-Leste – e eu nem vou dizer o nome, a mais, que eu gostaria de fazer aqui – que nós não somos a senzala, que nós sempre fomos do quilombo e lutamos contra a escravidão. Hoje nós temos na Leste, na linha Bonsucesso, a casa grande e os escravos, porque esse dono lá da Sudeste impede que nós tenhamos lá o nosso lotação. E, pasmem, Srs. Vereadores – pasmem –, agora ele está tencionando, Ver. Márcio Bins Ely, que volte a linha da universidade. Sabem quantos usuários por dia lá eram com esses lotações? Cinquenta clientes por dia. Sabem quantos clientes nós tínhamos lá? Cento e oitenta.

Então, senhoras e senhores, o problema não está em nós termos a linha de ônibus, bendita luta nossa que nós conseguimos; o problema está é que não é aceito o *status quo* para essa comunidade que pede um respeito maior, que tenham uma opção a mais, como qualquer outro bairro da cidade. A nós foi negado, porque um telefone forte repercute em alguns lugares desta cidade, O prefeito Melo esteve aqui com a comunidade agora, e disse: sou favorável a que atendam a população de vocês, sou favorável que a Santa Helena/Bonsucesso volte e atenda vocês. O secretário, se não resolver, eu, como prefeito, esta Casa e a comunidade, vamos resolver. E eu digo que sim, nós vamos resolver, porque nós não estamos aqui fazendo uma guerra com a nossa querida Câmara de Vereadores, e tenho a honra de ter estado aqui durante três mandatos, o orgulho de ter visto a minha filha crescendo aqui dentro, e, naquela época, nós já lutávamos pelo lotação. Digam, por favor, qual é o problema? Por que essa soberba? Esse controle sobre um núcleo de população? É isso que garante a Sudeste, a sua manutenção, a sua vida? Não! É queda de braço? É orgulho? É pisar em cima de um povo como o da Lomba do Pinheiro. São 51 mil pessoas, gente que teve a opção. Nós temos mais clandestinos de aplicativos na nossa região do que a frota que nos atendia lá em relação ao táxi-lotação.

Então, veja bem, Sr. Presidente, encerrando a minha fala, nós estamos aqui para construir uma saída de uma forma harmoniosa. Nós estamos buscando os meios legais, Ver. Ferronato, como é de costume nosso, para o diálogo, mas nós também não queremos outras atitudes, nós não queremos ter de chegar a outras atitudes, que não é coisa nossa, mas que estão criando e nos forçando para que a gente faça.

Então, Sr. Presidente, o que eu gostaria de reivindicar? Que o senhor nos ajudasse e fizesse uma reunião, aqui, urgente, com a CUTHAB, Sr. Presidente, que o senhor estivesse lá à frente também ajudando nessa pauta para que a gente possa dirimir esse problema, porque agora vem o verão e nós vamos ficar muito capengas em termos de horários. Os nossos filhos ainda estão estudando, e ainda é uma alternativa a questão do lotação.

Então, terminado, quero dizer que tenho muito orgulho dessa comunidade querida que está aqui, aguerrida, guerreira e que nunca, nunca, abre mão da conquista dos seus direitos, das suas coisas, que é para nós e para todos.

Sr. Prefeito, Sr. Presidente, nós clamamos este momento, nós exigimos um direito que é nosso, que o loteação, que já estava lá, não possa ser um objeto de orgulho, de uma bacia que atende a nossa comunidade, como é o caso da Sudeste em relação a toda essa comunidade. Viva a nossa comunidade! Viva a Lomba do Pinheiro! Viva a Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, presidente e ex-vereadora Maristela Maffei, convido-a a compor a Mesa aqui conosco.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente Márcio, amiga e sempre vereadora Maristela, que bom tê-la conosco nessa tarde, eu ouvi atentamente a sua manifestação, e vou trocar uma ideia. Porto Alegre, hoje, e eu recebi, há alguns dias, um telefonema de um amigo meu dizendo seguinte: ali no Sarandi, quatro linhas, 610, 611, 612 e 613 transformaram numa linha só. E é claro que cada linha tinha um percurso, e hoje o percurso que se propôs é bem diferente daqueles que cada um tinha antes. Portanto existe, sim, um clamor da sociedade de Porto Alegre para ver como é que se compõe essa nova faceta. E eu quero deixar um abraço a ti, aos moradores lá da nossa Lomba, dizer que eu também sou da Zona Leste, moro no Morro Santana. E nós estamos juntos aí para ver de que maneira se constrói um entendimento que seja bom para comunidade. Um abraço, bom falar contigo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Márcio, saudamos aqui a nossa querida, sempre vereadora, Maristela Maffei, com a comunidade da Lomba do Pinheiro, muitos amigos também que são de Viamão, mas estão na divisa ali com o bairro Lomba do Pinheiro, que é o Adão Pretto Filho, foi vereador de Viamão, como outros companheiros e companheiras que estão aqui acompanhando uma demanda, que não deixa de ser de extrema importância. Olhem só, com a questão da pandemia, muitos serviços passaram a não existir mais nas comunidades mais pobres, menos aquinhoadas. Não é diferente em Porto Alegre, onde nós temos mais de 500 vilas, comunidades, em situação difícil. A Lomba do Pinheiro é um bairro distante, vamos dizer assim, do Centro da cidade, mas que precisa, com certeza, de um olhar

diferenciado do governo. Não aconteceu no governo anterior, e não está acontecendo ainda neste governo. Porque com a história da remodelação do transporte público, infelizmente, essas foram as comunidades que mais perderam. Perderam acesso ao ônibus, o transporte público, mas com relação ao táxi-lotação foi muito acentuada, nobre e sempre vereadora Maristela Maffei. E essa questão da Linha Bonsucesso/Santa Helena, infelizmente, depois de uma enorme articulação da comunidade liderada pela Maffei, era para estar acontecendo já, até foi bom que a nobre ex-vereadora, sempre vereadora, tenha falado agora com prefeito, que sinalizou que esse assunto está sendo resolvido. Mas tem que ser para ontem. Então, nós, enquanto Câmara, bancada do PT, queremos não só nos solidarizar, mas poder agregar esse fator da importância do transporte público. Nesse caso não é nem transporte público, é transporte privado, mas que o lotação vai onde o ônibus não vai. Acaba fazendo como que uma transversal, trazendo, vamos dizer assim, maior agilidade no transporte público das pessoas. Infelizmente, embora as pessoas donas das concessões quisessem baixar o valor do lotação e não conseguiram por força da lei. Então acho que tem que fazer uma ampla discussão, e atender essas comunidades que ora estão pedindo urgentemente essa volta do itinerário do lotação. Bem-vinda Maristela Maffei, os convidados da Lomba do Pinheiro, estão sempre juntos aqui, enfrentando o capital, mas resistindo em defesa dos menos aquinhoados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, ilustre Presidente da Casa, Márcio Bins Ely, ex-vereadora Maristela Maffei, é sempre um orgulho recebê-la aqui. Eu me acostumei a olhar a Lomba do Pinheiro, e a partir dali, Viamão, de onde temos hoje o Guto Lopes, nós temos o Adão Pretto Filho, nós temos aí comunidade de Viamão presente, na verdade eu não vi o Adão, mas eu vi a menção, está lá o Adão, o Guto eu já tinha visto ali. Um abraço ao pessoal de Viamão. Maristela, tu és para nós essa grande representante da Lomba do Pinheiro, de uma população sofrida, excluída e que sempre viu em ti uma legítima e grande representante. Então os teus pleitos são justos, adequados e, com certeza, tu sabes, terão o nosso apoio. Parabéns pela tua luta de uma vida inteira, importante, significativa e que fez muita diferença e continua fazendo. Um abraço a ti, a todas as amigas e amigos da Lomba, também de Viamão. Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então saudar também a mobilização dos trabalhadores e moradores da Lomba do Pinheiro, que trouxeram essa pauta através de ti, Maristela, que é a demanda por transporte coletivo na cidade. Hoje de manhã, nós tivemos uma reunião com a EPTC, novamente, já tínhamos participado de duas reuniões de conciliação junto com o Ministério Público Estadual, em que não foi trazida nenhuma alternativa para as demandas que a comunidade apresenta. A EPTC traz os seus dados, a comunidade traz a sua realidade e a gente não consegue chegar num consenso. Isso é um problema. Depois das 21h30min não tem mais ônibus que leve para Zona Leste; sábado e domingo, os últimos horários não existem mais; e é a nossa classe trabalhadora que vem pagando por todos os ajustes que são implementados aqui dentro desta Casa. Tiraram o cobrador, privatizaram a Carris, modificaram o meio passe estudantil e não teve nenhuma contrapartida de melhora na qualidade. Quem está sentindo isso, vem protestando, vem se organizando e a gente precisa de uma resposta do poder público, não dá para a gente ficar a refém da máfia da Associação dos Transportadores Privados. E é disso que nós estamos falando, quando tu vens aqui e traz esse como um tema principal e nevrálgico deste governo Melo, que termina a sua gestão com 100% dos seus projetos aprovados, sem resolver a crise do povo, que é a crise do transporte coletivo. Saúdo a tua presença, seja bem-vinda novamente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, querida Maristela, seja sempre muito bem-vinda, em teu nome, eu saúdo toda a tua comunidade e digo que é muito valioso um espaço que tem uma referência como tu. Obviamente, falo em nome da bancada do PCdoB, nós somamos a essa iniciativa tão importante e necessária. Nós que sabemos muito bem o valor que tem a importância que é para o trabalhador e para a trabalhadora um transporte, primeiramente, com qualidade, mas que seja acessível. Isso fala do direito à cidade; isso fala de todo esse projeto de precarização e privatizações, que retira, daqueles e daquelas que moram nas comunidades, a possibilidade de vivenciar a cidade, tanto para trabalho, quanto também para o lazer. Isso é necessário que a gente fale, porque, em tempos em que os grandes cortes estão aí, estão deflagrados, a gente está vendo a retirada dos cobradores; a privatização; a retirada de linhas, que antes se utilizava da justificativa da pandemia, e agora sem justificativa alguma, permanece. Nós nos somamos a ti, à bancada do PT e a todos aqueles que lutam para a garantia do direito, mas principalmente para que nós possamos viver a cidade. Nós não podemos ser coniventes com essa delimitação. Isso fala da nossa resistência. Então, em teu nome novamente saúdo e digo que estamos à disposição, a bancada do PCdoB está à tua disposição. Um enorme abraço.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Vou tentar ser breve. Boa tarde a todos, boa tarde aos vereadores de Viamão, que quase ganharam a eleição a prefeito na cidade de Viamão, Ver. Guto Lopes e Ver. Adão Pretto, que foram meus colegas enquanto eu fui vereador lá também. Em alguns momentos nós brigamos muito; em outros momentos eles me acolheram, quando eu acabei encontrando e percebendo alguma inconsistência naquele governo que se encontrava no município de Viamão.

Queria falar sobre essa questão da mobilidade na Zona Leste, vocês me conhecem, uma questão das quais nós lutamos em conjunto, como a questão do Caminho do Meio, que vocês têm uma organização tanto em nível de bancada estadual, perante os deputados estaduais, quanto em nível de bancada federal, a partir dos deputados federais com os quais vocês têm relação. O que eu posso falar que é estou fazendo o lado de cá da 32, é que nós conseguimos indicar duplicações pontuais ao longo da Av. Protásio Alves, dentro da responsabilidade administrativa da cidade de Porto Alegre. Ali nos trechos com a Av. Delegado Ely Corrêa Prado, com a Av. Moema e com a Av. Paraíso, lá no final, junto aos municípios de Viamão e de Alvorada para tentar qualificar o retorno e a vinda para a cidade de Porto Alegre, há um custo aproximado de R\$ 500 mil, que vão sair dos cofres municipais da cidade de Porto Alegre. Com relação a Av. Bento Gonçalves, que é o que interessa a vocês que aqui se encontram, a gente conseguiu iniciar a demarcação da ciclovia, naquele trecho vocês puderam perceber, ainda hoje, ao se deslocarem para cá, entre a Av. Antônio de Carvalho e a divisa com a cidade de Viamão, beneficiando as pessoas que moram na Lomba do Pinheiro. Para concluir, Presidente, gostaria de falar que sou a favor dos lotações, inclusive, apresentei um projeto aqui na cidade de Porto Alegre, para modificar a questão da cobrança relativamente aos táxis-lotação na cidade de Porto Alegre, pois hoje, por lei, o reajuste da passagem dos lotações tem que ser, no mínimo, uma vez e meia o preço da tarifa do ônibus; e o teto, duas vezes o preço da tarifa do ônibus. Eu trouxe para 0,5 como sugestão legislativa, para que o Poder Executivo pudesse determinar, a partir de critérios que entendessem, que garantissem a sustentabilidade econômica dos lotações. Entretanto, o vice-prefeito Ricardo Gomes, acolhendo a demanda, apresentou um projeto de iniciativa do Poder Executivo, para levar o valor para 1,2 vezes o valor da tarifa do ônibus. Então isso, com certeza, vai ajudar a diminuir o preço do transporte e vai ajudar a garantir a sustentabilidade econômica dessas linhas, inclusive, que vocês estão reivindicando. Hoje, o preço da passagem na cidade de Porto Alegre está em torno de R\$ 5. Vinte por cento acima disso vai chegar R\$ 6. Hoje é acima disso a obrigatoriedade da lei, então ou a Prefeitura está agindo de maneira ilegal, ou o preço fica muito pesado para que vocês possam utilizar. Então essa iniciativa de reduzir o preço do transporte seletivo, que é esse a partir dos micro-ônibus que acabam servindo como alimentadora para vocês, vai com certeza ajudar a garantir a sustentabilidade econômica desse modal, que hoje compete com o transporte por aplicativo. Então nós precisamos reduzir o preço dessas passagens para

que as pessoas voltem a preferir usar o micro-ônibus como alternativa de mobilidade. Obrigado pela presença de todos e obrigado pela oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos aqui a presença da Associação Comunitária da Vila Santa Helena, na pauta o táxi-lotação Bonsucesso/Santa Helena, Presidente Maristela Maffei. E eu também quero aqui endossar aqui o esforço da Maristela, temos um amigo em comum, que hoje se encontra no oriente eterno, o Ozair, infelizmente o perdemos para pandemia, entre outros, Ver. Oliboni. Mas a gente vem acompanhando a angústia da comunidade e vamos estar trabalhando, sim, para auxiliar no retorno do lotação. Um abraço fraterno ao Ver. Adão Pretto e a toda a comunidade que acompanha a nossa sessão.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h45min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h47min: Estão reabertos os trabalhos.

Agradecemos a comunidade da Lomba do Pinheiro pela presença, e a liderança da Maristela na pauta em prol do retorno do lotação Bonsucesso/Santa Helena.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0471/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/21, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui art. 10-A na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, obrigando os condomínios residenciais e comerciais localizados no Município de Porto Alegre a comunicarem às autoridades policiais ocorrência ou indícios de casos de maus-tratos, bem como quaisquer violações de direitos de animais, em suas unidades condominiais ou áreas comuns. **(SEI 034.00187/2021-51)**

PROC. Nº 0303/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/20, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Semana Municipal da Cirurgia Bariátrica no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 3 de agosto, e dá outras providências. **(SEI 024.00060/2020-61)**

PROC. Nº 1045/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 445/21, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que denomina Rua Maria Alcina da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dois Lot Dos Ferroviários, localizado no Bairro Humaitá. **Com Emenda nº 01, do Ver. Alvoni Medina.** **(SEI 020.00023/2021-37)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1278/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/21, que altera o *caput* do art. 1º, os incs. I, II, III, IV, V e VI do art. 5º e inclui os incs. VII, VIII, IX e o parágrafo único no art. 5º da Lei nº 12.662, de 21 de janeiro de 2020, que institui o Programa de Residência Técnico-Superior (PRTS) no âmbito do Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00340/2021-47)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, através da nossa TVCâmara, da Rádio Câmara e das plataformas digitais. Nós temos um projeto de minha autoria que inclui na cidade de Porto Alegre, Ver. Oliboni, a semana municipal da cirurgia bariátrica. Nós achamos importantíssima a conscientização das pessoas, é muito importante que as pessoas saibam o que causa a obesidade não somente na vida da pessoa obesa, na sua família, no seu dia a dia, mas também o que custa para o Sistema Único de Saúde, o que custa aos nossos hospitais, às nossas UBSs, que estão lotadas de pessoas com problemas de pressão alta, problemas de diabetes, problemas de circulação, de fígado, de rim e por

aí afora. Aí tenta-se tratar o problema, mas não trata direto a causa do problema, que é a obesidade; não trata direto a causa do problema, que é a pessoa estar obesa, ter obesidade mórbida. Isso não é tratado. E se vê, cada vez mais, aumentando as demandas em vários setores da nossa saúde. O pior, quando essa pessoa entra para começar a fazer o processo de uma cirurgia bariátrica, ela entra pela sua UBSs; lá, o médico vai pedir a ela uma série de exames pelo Sistema Único de Saúde, exames que demoram bastante tempo. Quando a pessoa chega nos exames mais complicados, os exames iniciais já perderam a validade. Então a pessoa tem que repetir os exames, levando em torno de dez a quinze anos para fazer uma cirurgia bariátrica pelo Sistema Único de Saúde, o que gera uma impossibilidade, várias pessoas foram a óbito em função de não conseguirem fazer essa cirurgia.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver. Janta, queria parabenizá-lo pela iniciativa. No meu primeiro mandato, eu fiz algumas iniciativas, porque, naquela ocasião, a associação dos considerados obesos lutava muito pela cirurgia bariátrica e ela não era coberta pelo SUS. Era uma enorme dificuldade, às vezes a pessoa aguardava por dois, três, cinco anos, tinha uma promessa, poucos hospitais faziam isso. No hospital da PUC, quando eu estava lá, tinha o Dr. Mottin...

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Ele está lá ainda.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Ele foi o grande idealizador dessa inovação, a cirurgia bariátrica. Por incrível que pareça, nós fizemos um encontro aqui na Câmara, e as pessoas, às vezes, ficam imaginando: Ah, mas isso não há necessidade. Nós trouxemos um amigo aqui, foi difícil colocá-lo numa Kombi, Ver. Janta, uma enorme dificuldade, então imagina a situação do nosso amigo! E aí as pessoas ficam imaginando quantas cirurgias..., ou como salvar aquela pessoa. Creio que avançou bastante, mas não o necessário. Como tu falaste, são milhares de pessoas nessa situação, e acentuar uma semana é dizer ao poder público que, naquela semana, tem que haver uma política diferenciada para apressar a fila. Temos que estancar essa fila tão demorada, como acontece em outras patologias, em outros diagnósticos. Portanto, quero parabenizá-lo por essa bela iniciativa. Creio que nesse aspecto o poder público detém o controle, no caso, quando há uma parceria com a iniciativa privada, de aumentar aquele percentual do número de exames, cirurgias, processo que às vezes leva dois anos para se conseguir a cirurgia, assim mesmo estando na fila e fazendo os exames, porque tem uma preparação toda especial. Por isso, parabenizo a iniciativa. Muito obrigado.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. Queria saudar o deputado e ex-colega nosso, Elizandro Sabino, que nos visita na tarde de hoje. Por quatro anos sentamos lado a lado. Seja bem-vindo a esta Casa.

A questão da cirurgia bariátrica é uma necessidade que as pessoas obesas vêm tendo. Se perguntar para 100% dos obesos se eles querem ser gordos, eles não

querem ser gordos. Eles têm dificuldade hormonal, dificuldade de ingerir os alimentos, uma série de coisas.

Nós tivemos avanços nesta Casa, Presidente, onde se aprovou um projeto em que, nas áreas de alimentação, hoje já se vê isso nos *shopping*, nos centros, há espaços para obesos. Esta Casa aprovou que tem que ter lugares para obesos provarem roupas. E vem avançando. Agora mesmo fizemos uma emenda para comprar macas para obesos, para uso nas ambulâncias. E a Casa vem avançando, precisamos avançar e muito nessa questão de ajudar e conscientizar sobre a obesidade, principalmente sobre a cirurgia que salva vidas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos também de agradecer e registrar a presença do deputado Sabino. Seja bem-vindo.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos assiste, que nos prestigia acompanhando esta sessão, cidadania que está nas galerias, nossa saudação. Venho até esta tribuna discutir uma questão muito importante, os maus-tratos aos animais. Há uma falta de consciência gravíssima na nossa sociedade. Muitos acham que a nossa espécie, ser humano, é soberana, que manda, desmanda, faz e acontece. Acho que é chegado o momento de nós criarmos legislação favorável e consistente na defesa dos direitos animais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão aqui nesta tarde – bem-vindos –, senhoras e senhores; nós percebemos que são muitos os projetos que o Executivo manda para Câmara Municipal de Porto Alegre neste final de ano. Para alguns deles foram feitas audiências públicas, para outros ainda não. Vou me referir a dois projetos que me preocupam muito. O primeiro trata da remodelação do Conselho Municipal de Saúde – com audiência pública –, e o próprio secretário municipal de Saúde admitiu que o Conselho não será mais consultivo, mas, sim, deliberativo. Até então, ele sempre foi deliberativo; não tem sentido um Conselho Municipal de Saúde não deliberar sobre determinadas matérias, pois ele é o controle social e o fiscalizador da saúde pública. O governo quer mudar para consultivo. Não!

Tem que permanecer deliberativo, inclusive com a anuência do secretário municipal de Saúde, o secretário Sparta, quando ele disse que mandaria uma mensagem retificativa para esta Casa – ainda não mandou.

A outra questão que nos preocupa muito é que, quando o governo municipal, através do prefeito, numa audiência com os trabalhadores da saúde, mais precisamente com as entidades que representam a saúde e os agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, o governo, na ideia de terceirização, estava entregando a Atenção Básica para alguns hospitais aqui na cidade. Nada contra os hospitais, são grandes parceiros na ideia de manter a filantropia e atender a uma cota pelo SUS – são grandes parceiros. Mas quando o governo demite agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos que fizeram concurso público, não só não é justo, como esses trabalhadores, através dos seus sindicatos poderão reverter na justiça.

Portanto, um apelo que nós fazemos ao governo é que não demita mais servidores da saúde. Esse programa é financiado pelo governo federal em 95% do recurso de fundo a fundo, não tem sentido o governo querer precarizar o serviço da Atenção Básica lá no postinho de saúde, deixando a população sem acesso a ela. Vejam só, em tempos de pandemia, quantas coisas foram represadas e agora temos que abrir para todos, ampliar! Inclusive votamos aqui na lei de diretrizes orçamentárias a ampliação da Atenção Básica em mais 15%, ou seja, de 55% para 60%. Então o governo tem que abrir concurso público, tem que aumentar as parcerias para poder atender a população que ainda aguarda em fila, não só para consultas, mas muitos exames, muitos, muitos exames. O laboratório da Vila Cruzeiro foi transferido para o HPV. Às vezes o cara tem que ficar 12 horas na emergência aguardando o resultado do exame - isso é muito amadorismo! Por que retirar o ambulatório lá do Posto Cruzeiro? É importante que nós tenhamos aqui uma certa responsabilidade naquilo que a Câmara pode ajudar, como intermediação e diálogo, para que a cidade possa ser melhor, mas melhor para todos: pobres, classe média e ricos; melhor para todos! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovane Byl está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Márcio, colegas vereadores, colegas vereadoras e público que nos assiste. Subo à tribuna neste momento para relatar o que aconteceu na cidade. Nós tivemos uma grande chuva na semana passada aqui na nossa cidade de Porto Alegre que trouxe à tona o que há tempos parece invisível aos governos que passaram pela nossa cidade, que são as áreas de risco. A chuva expôs a quantidade de famílias que ainda vivem na beira dos arroios, os valões – como são conhecidos lá na vila. Estivemos com o prefeito Sebastião Melo, com as Secretarias de Habitação e de Governança, e com a PGM, neste sábado, na Vila dos Coqueiros, que fica ali na Zona Norte, no bairro Passo das Pedras. É uma das

comunidades que foi mais atingida com o volume de água que acumulou na nossa cidade, e a gente constatou uma triste realidade de famílias que perderam móveis, perderam documentos, perderam sua história, mas, principalmente, perderam a sua dignidade ao ter o esgoto entrando na sua casa sem ser convidado. A Ver.^a Cláudia Araújo estava lá presente, nos comovemos bastante com a situação daquelas famílias, mas isso não é uma particularidade do Passo das Pedras; nós temos famílias vivendo em situação de área de risco no bairro Mario Quintana, na Vila Temis, na Bom Jesus, no Partenon, em toda a cidade nós enfrentamos esse problema, e esse problema tem que ser enfrentado pela Prefeitura. Eu me senti contemplado ao ver o nosso prefeito num compromisso de assumir esse debate, assumir essa pauta de discutir e enfrentar a situação dessas famílias, que são porto-alegrenses como nós, mas estão vivendo uma situação deplorável, à margem da pobreza, à margem da miséria.

Eu também, este nobre vereador que vos fala, estou abrindo uma frente parlamentar para estarmos discutindo a situação e o reassentamento dessas famílias que vivem nas áreas de risco da nossa cidade. Em 2022 nós precisamos focar nessas famílias, que são muitas e que precisam ser enxergadas não somente quando chove ou quando suas casas têm esgoto nas suas portas, mas diariamente; que a gente venha a ter um olhar e, principalmente, uma atitude para vir ao encontro desses porto-alegrenses que tanto sofrem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores; aproveito o tempo da liderança do PT – representando os colegas Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Leonel Radde e Ver. Jonas Reis –, para falar de um momento extremamente importante que nós vivemos durante a semana mundial dos direitos humanos. A Argentina deu um recado com as presenças do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ex-presidente Pepe Mujica, do presidente Alberto Fernández e da vice Cristina Kirchner, um recado para a nossa região, um recado em defesa da democracia: um lugar tão simbólico como a Plaza de Mayo foi tomada de lutadores e lutadoras defendendo uma curva ascendente para a nossa região, como nós já tivemos; um momento que nós possamos ter a retomada democrática, com o aprofundamento da democracia, com a afirmação de uma agenda de direitos e compreendendo que este momento que nós vivemos, quando o estado foi capturado por uma elite econômica e política que quer destruir o estado, que destrói o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, nós precisamos estancar. Para isso é necessário que nós nos mobilizemos, por isso aquele espaço tão simbólico, onde até hoje mãe e avós vão diariamente ainda a espera de desaparecidos na ditadura militar, foi tomado por tantos lutadores e lutadoras na defesa de uma agenda democrática não só para a Argentina, não só para o Brasil, mas para todo o nosso continente. É importante nós dizermos isso, porque, enquanto lá

nós tínhamos um espaço tão simbólico, na semana dos direitos humanos, reafirmando o papel da retomada, da reconstrução da democracia na nossa região, nós temos ainda no Brasil cenas tristes e que revelam o estado de exceção e de cerceamento democrático, como nós vimos, infelizmente, no episódio dos seguranças do presidente Jair Bolsonaro atacando jornalistas, mais uma vez. É importante que a gente compreenda que um ato simbólico, num lugar simbólico, reafirma a retomada de uma agenda de direitos para a América Latina: o aprofundamento da democracia, a soberania dos nossos países e a soberania da classe trabalhadora na nossa região. A Argentina, a Bolívia, o Chile e o Peru já mostraram que nós estamos caminhando para a interrupção de uma agenda ultraliberal de destruição do estado, e aqui no Brasil não deixaremos de fazer parte desse processo histórico, tampouco em Porto Alegre, uma cidade que já foi um ícone mundial da defesa da democracia, da participação popular. Nós iremos interromper esse ciclo, para que nós possamos reconstruir um período democrático e sermos protagonistas dos trabalhadores e trabalhadoras desse processo histórico.

Foi essa mensagem que a Argentina nos emanou esta semana, com os presidentes Lula, Mujica, Cristina Kirchner e Alberto Fernández, e é essa mensagem que nós deixamos para quem nos acompanha aqui no debate, na Câmara de Vereadores, que também não possam se furtar de compreender os limites do momento presente que nós vivemos e aquilo que apontamos para o futuro, a curto prazo, que será a retomada do nosso processo democrático aqui no Brasil também.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, eu vou usar o período de Comunicações para ser bem objetiva em relação à reunião que nós tivemos hoje de manhã com a EPTC, para levar as demandas das comunidades, Rincão Mariante e Lomba do Pinheiro. Eu coloquei na saudação a presença da vereadora Maristela Maffei que trouxe parte da comunidade da Lomba do Pinheiro para reivindicar o transporte coletivo por lotação, também é uma demanda real, mas a gente não pode abrir mão dessa situação estrutural hoje de precariedade, de falta de linhas, de contrapartida que está colocada para a população de Porto Alegre que utiliza o transporte coletivo, porque não tem outra alternativa. Os articuladores para nós é uma demanda fundamental, porque tira as pessoas do miolo do bairro e leva para as vias principais; sem os articuladores, idosos, cadeirantes, crianças, trabalhadores, trabalhadoras mulheres, tendo que se deslocar um ou dois quilômetros até chegarem às suas moradias. Isso não é uma situação pontual de agora, é uma situação que percorreu toda a pandemia, e o legado que ficou foi justamente Porto Alegre retroceder dez anos no seu projeto de mobilidade. Tanto os Uber que estão caríssimos, são sete, oito, dez minutos para se conseguir um aplicativo, caro, sucateado e motoristas mal remunerados, e o transporte coletivo da cidade é uma roleta-russa, porque tem a tabela horária. Hoje

de manhã foi muito nítido, a EPTC trazia os dados daquilo que vem implementando de aumento de linhas e de horários, e a comunidade contrapondo com a realidade objetiva de sufoco que passa, sim. Isso colocou para nós, que utilizamos o transporte coletivo, a demanda de aumentarmos a nossa fiscalização. Nós sabemos a crise do povo, nós que pegamos ônibus todos os dias. É importante gravar, é importante mandar o vídeo, mandar a linha, mandar o horário. O nosso mandato é uma porta aberta para receber esse tipo de denúncia. Interessa a nós aprofundar o debate do problema do transporte coletivo junto com as comunidades. A gente sabe o limite de aprofundar o debate coletivo com a Câmara de Vereadores. Então a gente quer aprofundar esse debate junto com o Rincão, com a Cruzeiro, com a Mário Quintana, com a Lomba do Pinheiro; é lá na ponta. Isso é trazer para nós a responsabilidade de também fiscalizar, porque não adianta, a gente já fez reunião do Cejusc, com o Ministério Público junto - juíza Dulce - e não teve uma alternativa. A EPTC simplesmente diz: não tem demanda, se é para levar dez passageiros, nós não vamos colocar um ônibus, e hoje a licitação proíbe lotações menores. Então eles enquadram as comunidades. Não tem o que fazer, e a gente que paga o transporte, que paga os nossos impostos, transporte é direito, não é mercadoria, para quem tem dinheiro para pagar, e uma mercadoria precária. A gente quer debater o transporte noutra perspectiva; a importância da fiscalização, a importância, sim, do abaixo-assinado, porque ajuda a mobilizar embaixo, a importância de participar das reuniões dentro das comunidades, e a importância de a gente retornar às ruas, organizando os nossos protestos, como nós fizemos na Mapa em 2019, como fizemos na Mariante em 2019. É nesse fortalecimento do protagonismo popular que a gente vai achar uma alternativa para a crise do povo hoje - não para a crise dos empresários. Para a crise dos empresários já veio projeto aqui para Câmara, já privatizaram a Carris, já tiraram os cobradores, já reduziram o meio passe estudantil. Eles estão resolvendo a crise do transporte para eles; para o povo, até agora nenhuma contrapartida. E nós temos que estar atentos a isso. É importante vir aqui para a Câmara, é importante reunir com a EPTC, mas é importante, sim, fortalecer o nosso trabalho nas comunidades, com os vizinhos, com os colegas de trabalho. Nós que passamos esse sufoco, cabe a nós resolver essa crise; não àqueles que não utilizam o transporte coletivo.

Por fim, hoje novamente está marcando chuva, não é Marina? E o arroio Sarandi não foi limpo novamente. Inundou na semana passada; tem previsão de obras para o início de janeiro - o desassoreamento do Sarandi -, só que imediatamente não teve nenhuma iniciativa. Nós estamos em contato, neste momento, com os moradores lá, que passaram por aquele sufoco, tiveram que chamar a Defesa Civil, os bombeiros para tirarem as pessoas das suas casas; novamente está com previsão de chuva e não teve nenhuma alternativa implementada para evitar novamente uma tragédia. Isso eu acho que é um desrespeito imenso, é brincar com a vida das pessoas, é esperar que alguém morra, esperar que alguém seja tragado para dentro daquele valão para daí a gente fazer um fato político. Não é certo isso, a gente precisa de alternativas imediatas. Na CUTHAB, a gente tentou encaminhar - não é, Ver. Cassiá? - um cronograma de limpeza de arroio, de limpeza de valão, de patrula, para a Ponta Grossa, para o Rincão

Mariante. Mas o Sarandi em especial é um problema que hoje tem uma obra licitada, tem previsão para iniciar, mas isso não impede o poder público de fazer manutenção. Tem que fazer a manutenção, gente! As pessoas estão perdendo o que não tem, porque toda vez que chove... E está marcando chuva de novo. Então, novamente, é para denunciar esse descaso, para colocar o nosso mandato à disposição e para fazer essa denúncia. Mas colocar que o problema hoje está nas mãos do Executivo. O Executivo que tem que executar os pedidos de providências, as indicações que são feitas aqui por nós. O nosso papel é incomodar, é encher o saco; e a gente está vendo o limite que é fazer isso somente aqui nessa tribuna. É importante também a comunidade do Sarandi, como fez na semana passada um protesto legítimo para cobrar mudanças no plano e na execução dos planos por parte da Prefeitura, que se organize novamente, porque é a única forma do povo ser ouvido nesta cidade é se unindo, é lutando, é protestando. Então eram essas as nossas duas queixas aqui nesse período de Comunicações, que o nosso mandato queria ecoar a voz desse povo que está num sufoco cotidiano e tem que ser ouvido.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Wilson da Silva, mais conhecido como Tenente Vermelho, que foi vereador desta Casa, e na última semana foi assassinado na sua casa. Acho importante este registro, pois ele passou por aqui e passou pelo período da ditadura. É fundamental que esta Casa deixe este registro, mas também faça esta homenagem. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, trinta e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h30min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1267/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 032/21, que altera o inc. XIX e inclui o inc. XXXI do art. 21 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município e revoga a Lei Complementar nº 870, de 27 de dezembro de 2019. **(SEI 118.00336/2021-89)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-12-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 032/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Márcio Bins Ely, que preside a Casa e esta sessão; vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da participação aqui e também pela TVCâmara. Quando a gente observa os discursos dos governantes, a gente verifica que há muito por fazer, e, via de regra, a justificativa para não fazer é a falta de recursos financeiros. Pode ser verdade isso? Sim, pode ser. Pode ser, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, que é um grande lutador das causas do governo municipal, na sua parte mais justa. Mas eu discuto muito, exatamente, esses recursos. Como é que eu vou admitir? Como? Se eu sou alguém que exige que o governo municipal faça determinadas melhorias em determinado local da cidade? Ou aumente o número de cestas básicas; ou crie o auxílio emergencial para as pessoas e assim por diante? E eu vou tirar a receita do Município; aí não vai fazer nada. Mas não tem como fazer. Eu quero que o Município tenha receita! Receita! Eu acabei, em 1994, com um projeto de lei duríssimo aqui, com a isenção que os bancos tinham de ISS. O Bradesco que não pagava ISS, o Santander não pagava ISSQN. Agora o governo manda um projeto, que nós votaremos a seguir, que diminui a alíquota para algumas atividades. Mas qual é o significado disso? Qual é o sentido disso? Qual é o objetivo disso? O governo vai ter menos recursos! Aí precisa tirar a isenção de estudante do transporte coletivo, precisa tirar a isenção dos fiscais municipais. Aí, precisa fazer uma série de coisas; aí, não pode manter a Carris. Então, por que que o governo abre mão de receita? Qual é o significado? Isso é renúncia fiscal. O governo não tem sequer esse direito, não tem esse direito. Por isso, nesta discussão, Presidente Márcio Bins Ely, eu quero deixar bem

claro o seguinte: nós estamos aqui, eu falo como líder de oposição, nós estamos buscando recursos para o governo municipal, buscando uma forma de que o governo municipal não perca receita, que o Executivo Municipal capitaneado pelo ex-vereador Sebastião Melo, não perca recursos. Ora, o que podemos fazer para que isso aconteça, uma das maneiras corretas e adequadas, é votarmos contra esse projeto. Ele diminui alíquota de ISS sem nenhum benefício para o conjunto da cidade, nenhum, zero, ao contrário, quantidade de recursos importantes para a área social, por certo, faltarão. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 032/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Márcio; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores. O Ver. Pedro Ruas e eu estamos aqui na Câmara há duas ou três décadas, vinte e tantos anos, ou melhor, 32 anos, três décadas, e há muito tempo, eu tenho conversado e dito que, no Brasil, nós convivemos com uma guerra fiscal e que já foi intensa e feroz, que se competia: se o Estado do Rio Grande do Sul tem uma alíquota de 15, a Bahia baixa para 12; o Rio de Janeiro, para 10, e assim por diante. E há décadas, eu tenho dito que nós, em Porto Alegre, não podemos ter alíquotas maiores do que tem a nossa vizinhança – Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, Viamão, e assim por diante -; portanto, nós temos que ter um olhar todo especial nessas alíquotas que são, sim, atrativas ou repulsivas para empresas aqui de Porto Alegre. Aqui nós estamos propondo, o prefeito propõe a redução de alíquotas do ISS para *call center*, guinchos, praticamente era para ser mais uma que eu não me lembro, mas ao menos duas. O projeto, na minha visão, é necessário. Tem impacto financeiro? Tem, mas ele pode, daqui a pouco, reverter e ter esse impacto financeiro positivo, ou seja, atrair mais empresas pela diferença e redução de alíquota que hoje, em Porto Alegre, é maior. O que temos na legislação? Que qualquer empresa prestadora de serviços, ela tem a sede de pagamento de tributos, ou melhor, ela paga o tributo onde ela tem a sede. Nós vamos ter empresa, por exemplo, aqui, no município vizinho, de *call center* e que presta serviço aqui e que o tributo vai para o vizinho; portanto é positivo o projeto. Eu, respeitando o amigo Pedro Ruas, tenho uma posição divergente, vou votar favorável e acredito que o projeto é importante para Porto Alegre. Aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 032/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; o projeto que o governo apresenta para nós aqui é um projeto que reduz o imposto de ISSQN, de televendas, *telemarketing* por um período de mais de 15 anos. Nós sabemos que muitos pequenos comerciantes de diversas áreas, não só de uma área, tiveram inúmeras dificuldades agora por passarem por um período de pandemia. Muitos quebraram inclusive. Agora, me parece que este projeto está claro e tem endereço: está dirigido a alguém. Porque reduzir o ISS por 15 anos não é qualquer coisa, você está abrindo mão da receita. O poder público fala que não tem recurso para ampliar um programa Minha Casa Minha Vida; o poder público diz que não tem recurso para poder pagar o funcionalismo, cinco anos sem pagar a reposição salarial; o poder público diz que não tem dinheiro para ampliar a Atenção Básica, e assim é na educação, é na educação infantil, e assim por diante. O poder público sempre diz que não tem recurso e está abrindo mão de recurso por 15 anos, de 2,5% para 2%. Quanto representaria isso? Ele não diz, ele não diz! Ele é só diz quando não tem recurso para operar ações importantes para os mais pobres. Essa é a verdade! Ou será que lá nas comunidades onde precisam de uma educação infantil, de um posto de saúde, de uma pavimentação, Ver. Ruas, será que todo mundo está satisfeito? Pelo contrário. O programa da cesta básica ou de poder ampliar para que as famílias não passem mais fome é fundamental! O próprio prefeito falou aqui hoje, durante a inauguração do quadro, posto aqui no nosso corredor central, da nossa querida Ver.^a Mônica Leal. O próprio prefeito fez isso em função das enchentes que aconteceram há dois anos, quando as pessoas perderam tudo, mas é preciso acontecer uma catástrofe para o governo mexer no bolso. Essa é a verdade! E agora está abrindo mão de receita para quem? Para os mais ricos! Ou será que quem tem empresa de *telemarketing* é pobre? São pessoas que tem um mercado consolidado num período de pandemia. Essa é a verdade, Ver. Pedro Ruas. E aí o governo abre mão.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu aproveito o belo discurso de V. Exa. para perguntar o seguinte. Essas isenções começaram lá em 2015, falava agora com o Ver. Alex Fraga. Quantas empresas, disse o Ver. Ferronato, poderiam vir? Quantas vieram de 2015 para cá? Nunca disseram. Eu acho que nenhuma, eu acho que nenhuma! Quantas virão? De quanto é a receita da qual se abre mão neste momento? Qual é o valor? Não está aí a informação também. Então, nós estamos votando no escuro, por renúncia fiscal? Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa. e obrigado pelo aparte.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu que lhe agradeço e digo que nós também não votaremos no escuro. O governo tem que entender que é preciso mostrar números para nós, Ver. Janta. Mostrar número, vereador!

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Oliboni, Ver. Pedro Ruas, o governo, seja de 2015 até agora, tem feito o possível para manter esses empregos na cidade de Porto Alegre, o possível para manter esses empregos. Hoje, os impostos em toda a Região Metropolitana e Vale do Sinos são bem mais baixos do que o nosso; em algumas cidades, até zerado com disputas na justiça em função disso. Então, o governo está fazendo isso para trazer de volta alguns *call centers* e manter os que estão aqui, porque a oferta é grande. A prova disso, chegar em Eldorado, os centros de distribuição - CDs das grandes empresas do varejo estão lá, hoje em dia, e em São Leopoldo, em virtude dos impostos de lá que são um terço dos nossos. Então, nós estamos buscando garantir e manter empregos na cidade de Porto Alegre, ou a gente abre mão desses empregos que são bens significativos, apesar das condições desses empregos, precárias, mas são empregos, e é algo que precisa a cidade. Somente isso que está se fazendo e se buscando.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, nobre Ver. Claudio Janta, e, para concluir, nobre Presidenta, eu queria dizer que este governo é um governo igual ao anterior: um governo para os ricos, não é um governo para os pobres. Nós queremos ver aqui a política de inclusão social e, por isso, nós divergimos de posição política aqui e no governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 032/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver.^a Mônica, Presidente dos trabalhos neste momento; colegas vereadores; público que nos assiste aqui na Câmara e público também que está pela TVCâmara; eu quero falar exatamente para o povo -que pena que o Ver. Jonas não está aqui - o povo de Porto Alegre. O povo que, durante a pandemia, perdeu os seus empregos; o povo que teve suas micro e pequenas empresas fechadas; o povo, Ver. Oliboni, que precisa trabalhar, e não há trabalho sem incentivo para quem quer abrir algum negócio. Eu gostaria de ver os vereadores que estão falando para não fazer a redução do ISS, com a desculpa, de que não receberam os valores que estarão não entrando na folha do orçamento do governo, que dissessem que queriam ver mais empregos sendo oportunizados aqui na capital. Porque já perdemos muitas empresas, porque o ISS daqui, de Porto Alegre, é maior do que aqui das cidades ao lado, e o que o governo está fazendo com este projeto de lei exatamente é atrair empresas, para quê? Para criar empregos! É um absurdo nós vermos vereadores que se dizem ao lado do povo, do trabalhador, fazer uma fala totalmente equivocada, de que estão preocupados de quanto não vai entrar nos cofres. Eu quero ver quanto vai entrar de dinheiro na casa do porto-alegrense que precisa trabalhar, eu quero ver *call centers* vindo para cá e oportunizando mais empregos aqui dentro; eu quero ver *telemarketing*, eu quero ver guinchos, eu quero ver tantas quantas

outras empresas estarem sendo trazidas. E se trazer uma empresa a partir de, sim, um carinho que é baixar de 2,5% para 2% o ISS... Porque vocês não se surpreendam, várias empresas de *telemarketing*, de guinchos foram aqui para o lado, saíram e tem várias outras empresas saindo daqui, porque é mais competitivo o município aqui ao lado. Não é lá longe, é a menos de 50 quilômetros, e isso faz com que o emprego das pessoas termine aqui e vá acontecer lá no outro município. Eu gostaria de entender essa lógica dos vereadores que vieram aqui falar mal deste projeto. Eu quero entender essa lógica, porque a lógica é de que: eu quero ver o dinheiro de que o governo está abrindo mão. Eu, eu quero ver o dinheiro entrando na mesa do trabalhador, das pessoas que estão perdendo emprego, porque as empresas estão saindo daqui, queridos. Não podemos ser hipócritas em dizer que eu sou pelo trabalhador, eu quero as pessoas trabalhando, se nós não temos empresas abrindo aqui dentro e, entre essas empresas, o *telemarketing*, o *call center* que empregam muita gente. Então, eu quero que o povo de Porto Alegre saiba bem que votou “sim” e quem votou “não”. “Não” para o governo, “não” para o trabalhador que precisa comer, que precisa trabalhar de manhã para de tarde botar comida no prato da sua casa para alimentar seus filhos. É “sim” neste projeto de lei! É “sim” pelo trabalhador. É “sim” para trazer novas empresas que aqui se sintam acolhidas pelo governo! É “sim” para empresários, porque são esses que abrem vagas de emprego ao contrário do que alguns vereadores aqui falam e alardeiam, Ver.^a Mônica. Eu tenho certeza de que a senhora é pelo lado do trabalhador, do empregado que precisa, e aqui nós falamos, sim, de emprego para as pessoas que perderam seus empregos. É “sim” para a diminuição do ISS, e eu convido os vereadores de coragem que são por Porto Alegre a votarem também “sim” neste momento, e convido também os porto-alegrenses para cuidarem bastante daqueles que falam não para o emprego, porque o ano que vem tem muito vereador aqui que vai pedir voto, alegando ser do lado daqueles que mais precisam. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 032/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde todos e todas! Este projeto, ele expressa um programa de cidade, um programa de geração de emprego sob uma perspectiva de cidade. Nos preocupa ser prioridade do governo municipal incentivar postos de trabalho, garantido aí isenção de impostos para determinado ramo que é justamente o ramo das áreas de serviço, o ramo do trabalho mais flexível, intermitente, mal remunerado e exploratório. É disso que nós estamos falando, quando falamos de *telemarketing*. Eu trabalhei no *telemarketing*, vendendo seguro de vida na Porto Seguro - blá-blá-blá -, eu conheço na pele o que significa esse tipo de emprego. E o Brasil, sobretudo, hoje, para ser uma Nação soberana, precisa, sim, incentivar que empresas, sobretudo as empresas nacionais que estão sendo vendidas a preço de banana pelo governo Bolsonaro tenham autonomia para conseguir ter os seus projetos,

os seus programas para desenvolver este Brasil para que, de fato, a gente tenha emprego de ponta na área de tecnologia, na área da robótica, na área da internet das coisas. Do que que adianta hoje o estudante ter um diploma na mão para ser *telemarketing*? Com todo respeito ao segmento do *telemarketing*, com todo respeito ao segmento de motoboy, o segmento de Uber, mas não é esse tipo de emprego que nós temos que incentivar para sermos uma Nação soberana. O Brasil é pobre, porque produz milho, soja, frango - na lógica do agronegócio - e, na cidade, serviços, serviços precários. Serviços precários que estão sendo cada vez mais impactados pelas revoluções tecnológicas que substituem trabalhador por tecnologia; tira o guardador de veículo e põe o paquímetro, tira o cobrador de ônibus e põe a maquininha, tira o atendente de *telemarketing* e põe o atendimento digital: é esse o futuro do Brasil. E esse papinho de que a gente precisa gerar emprego para pagar mal e mal o mínimo que não permite nem o trabalhador reproduzir essa força de trabalho... O que é isto, reproduzir a sua força de trabalho? Tomar um bom banho, ter uma água encanada, conseguir ter alimentação, conseguir ter luz, conseguir ter o dinheiro para comprar uma vestimenta. Não é isso que esses postos de trabalho... Ao isentar imposto, realmente, falta dinheiro depois para garantir esses serviços, para garantir saneamento, para garantir iluminação pública, para garantir política de moradia. Então, o governo nos coloca nessa situação. Ele desmonta o Estado por um lado, isentando imposto, privatizando, concedendo patrimônio público com a falácia de que está gerando emprego. Que tipo de emprego? Servidão moderna? O privilégio da servidão? É isso que nós estamos defendendo para o futuro da nossa cidade? Óbvio que não! E a oposição vai voltar “não” nesse sentido, porque a gente consegue prever. A política é isto, é conseguir prever a cidade daqui a dez anos, e, pela dinâmica que os projetos do governo vêm apresentando para cá, é aumentar ainda mais a segregação. E tu tem que ficar grato por ter um emprego que te paga o mínimo para você conseguir sobreviver. Isso não é vida, isso não é dignidade, nós não podemos seguir fazendo essa discussão rasa de que qualquer emprego vale. Isso não tem relação nenhuma com o projeto econômico da nossa cidade, do nosso país; defendermos, sim, emprego, mas emprego bem remunerado, emprego em haras de ponta da economia, de ponta da tecnologia. Isso vai nos garantir soberania para os próximos dez anos, isso vai empregar e vai qualificar o nosso mercado de trabalho, para essa juventude que está saindo da universidade, via Prouni, via Fies, vias ações afirmativas, as quotas. É disso que nós estamos falando, quando nos colocamos contrários a esse tipo de proposição e, principalmente, a essa narrativa rasa, comum, de que o único emprego que o pobre merece é o emprego de servir, de atender, de limpar, de estacionar, com todo respeito, mas são profissões extremamente mal remuneradas. Então, somos contra a proposição e novamente subimos aqui a essa tribuna para fazer essa defesa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 032/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa Sessão, eu fico estarecido quando eu vejo vereadoras e vereadores subirem nesta tribuna para espalhar *fake news*. Eles vêm dizer que vão agora trazer empregos. São eles, o conluio da direita, que instalaram o caos econômico nesse país, eles que colocaram 15 milhões de pessoas fora do mercado de emprego, fora do mercado de trabalho. Eles fizeram isso e agora eles vêm aqui dizer: "Olha, nós vamos reduzir imposto para essa empresa, para aquela outra..." Como assim? As pessoas estão cansadas de receber 10 ligações por dia, para vender algo, mas ninguém tem dinheiro para comprar nada. Vocês não entenderam isso até agora. Até agora não entenderam. Ninguém tem mais... Vocês têm que investir em assistência social robusta, vocês têm que lutar por auxílio emergencial permanente, até recuperar esse país. Vocês não têm compromisso com essa nação, vocês não têm compromisso com Porto Alegre. Olhem aqui quem assinou esse projeto - só podia ser uma coisa horrível -, o vice-prefeito Ricardo Gomes, um neoliberal convicto. Ele quer fazer coisas boas com o chapéu alheio, com dinheiro dos outros, o dinheiro dos impostos, sagrado, que têm que se transformar em leitos de hospitais, em vagas em escolas de educação infantil, em saneamento. Não, ele quer transformar em abono para megaempresário, não é microempresário, não é empreendedor, não são pessoas que estão tentando lutar para sobreviver; são pessoas que já têm muito dinheiro. Eles só lidam com os grandões, com os pequenos, eles dificultam a vida, como eles estão dificultando a vida dos *food trucks* aqui na orla do Guaíba; eles não deixam eles trabalharem. Colocaram uma empresa a administrar esse parque, por 30 anos, e a empresa fica fazendo ações administrativas inconsequentes. Vocês estão sendo irresponsáveis nessa cidade. Vocês vão entregar uma cidade pior do que vocês pegaram - vejam bem! -, porque vocês não discutem, vocês não constroem, vocês só fazem isso. Sabe quem vai pagar isso aqui? É o cidadão que terá menos saúde, menos educação, menos assistência, menos saneamento, menos limpeza urbana, menos habitação de interesse social! Sabe qual é a entrega de Porto Alegre, Ver. Pedro Ruas? De habitação, de interesse social, este ano, é zero! É zero! Sabe qual era a entrega no tempo do governo do PT? Em 16 anos, na cidade, fizemos mais de 40.000 entregas. A frente popular. Quando a esquerda governou! Isso é fazer política pública com dinheiro do povo! Isso é investir o dinheiro suado do imposto, que paga caro o gás, a comida. E aí sabe o que eles fazem com o dinheiro do imposto? Porque vocês sabem que o ICMS cresce, arrecada um monte. A inflação cresce, o ICMS arrecada mais. A prefeitura, agora, está com milhões e milhões de reais no caixa, não sabe o que vai fazer com o dinheiro. Está entregando para os megaempresários dinheiro que entra na prefeitura, do ICMS, da inflação que comeu o salário, comeu o poder de compra do trabalhador. Isso que eles estão fazendo com os impostos. Estão doando. Mas querem aqui a legalização da doação, que os vereadores legalizem a doação do dinheiro público. Não terão o meu voto, não terão o meu voto para doar dinheiro do povo! O povo está na porta do hospital esperando, há mais de dois anos, uma consulta com especialista, uma cirurgia, e vocês querem agora pegar o dinheiro do povo e entregar para os megaempresários. Tenham respeito por essa população que está aí nessas avenidas esburacadas, sem duplicação. Façam uma proposta política decente

para essa cidade, dupliquem a Vicente Monteggia, dupliquem a Edgar Pires. Dupliquem alguma coisa nessa cidade, mas não dupliquem os lucros dos megaempresários. Tenham respeito pelo povo trabalhador. Botijão de gás a mais de R\$ 100, metade vira imposto e esse imposto vira o quê? Dinheiro em contas que a gente nem sabe quais são, de *call center* de outros países, provavelmente, de outros estados, megaempresários. Isso é escandaloso. E ainda vem gente aqui pedir o voto, dizer que isso vai criar emprego, etc. e tal. Queremos empregos qualificados, queremos que vocês façam concursos públicos. Está lá a vigilância sanitária, que demora cinco, seis, sete meses, para expedir um alvará sanitário, porque não tem RH. Vocês não nomeiam, vocês sucateiam as estruturas públicas! Isso vocês não falam, não denunciam. Eu acho que o governo começa a encerrar esse primeiro ano devendo muito para Porto Alegre, e agora vai dever mais ainda, porque vai pegar o dinheiro da política pública e transformar em benefício para poucos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 032/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu devo ser um vereador de muito azar, porque sempre cabe a mim falar depois do Jonas. Imaginem só o azar que eu tenho. O Jonas fala um monte de bobagem... Porque eu acho que ele não se lembra, Ver. Oliboni, não é nenhuma provocação, mas o Ver. Jonas, quando o PT foi governo aqui em Porto Alegre, era pequenininho, e se fizesse o que ele diz na tribuna quebraria igual ele quebrou o Simpa - só por ele participar, o Simpa está quebrado. Os conselhos que ele deve dar lá deve ser isso. Ele se contradiz no mesmo momento aqui. Ele disse que a Prefeitura está abarrotada de dinheiro e que a Prefeitura está dando isenção. São duas verdades, mas a verdade principal é que, com esta política de chamar o desenvolvimento, a Prefeitura ganha mais. Não se faz desenvolvimento e não se faz ação social, se não tiver dinheiro. Ver. Janta, o sindicato tem que ser bem administrado, senão quebra. É o caso do Simpa, quebraram o Simpa, por estar mal administrado, por ouvirem, certamente, o Ver. Jonas Reis. Se nós não tivermos essa política, não é nem agressiva, é uma política séria, de atrair empresas para Porto Alegre... Essas empresas de guincho estão em todos os lugares da grande Porto Alegre, prestando serviço em Porto Alegre e pagando ISS lá. Então, nós não estamos tirando o nada de coisa alguma; nós estamos acrescentando, atraindo empresas, tanto as de guinchos, quanto aquela do *call center*. Muitos empregos e muita renda estão vindo para Porto Alegre. Mas o vereador Jonas não tem obrigação de saber disso. Mas uma coisa eu tenho que explicar para ele. Quando o partido do Jonas esteve no governo por 16 anos, e quando foi saído... Ele já tentou por 20 anos voltar e não consegue. Ninguém mais quer saber da administração do Ver. Jonas, não quer mais, não chega perto de ganhar a eleição. Por que será isso? É porque fez tanto nesses 16 anos que o PT ficou? Não! É porque fez

mal, fez errado. A começar pelo transporte público, uma intervenção desastrosa, que acabou na chamada - a oposição que chama - caixa-preta. A caixa preta veio lá daquela intervenção, onde se criou a ATP, onde se criou o controle, onde se criou esta base do transporte coletivo. Porque, na época, o PT imaginou - o PT e mais alguns outros partidos junto também - que o dinheiro cairia do céu para os ônibus. E não, não cai. Alguém tem que pagar a conta. Então vamos continuar, sim, dando incentivo para quem quer gerar emprego e renda em Porto Alegre. Esses terão o nosso apoio. Isso foi o que nós dissemos na campanha. O Sebastião Melo, nosso Prefeito, fez esse tipo de contrato com os eleitores, qual seja, de atrair investimentos para Porto Alegre, para gerar emprego e renda, para poder ter mais ação social. E nós vamos continuar assim. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLCE nº 032/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver.^a Mônica Leal, que, na tarde de hoje, teve a sua foto descerrada, aqui, para nossa honra, vereadoras vereadores, público que nos dá honra da presença, no dia de hoje, eu respeito, e aprendi isso desde cedo, muito os argumentos contrários ao que penso, então, respeito muito os argumentos do Ver. Cecchim, bem expostos, que tem uma linha de pensamento, de pessoas que colocam os seus argumentos. Eu tenho outros argumentos e tenho muita experiência. É o meu sétimo mandato. E eu conheci, Ver. Oliboni, lá na Assembleia, um projeto de lei onde votei sozinho contra uma isenção que, na época, era de R\$ 380 milhões, em 2016 - metade em dinheiro, Ver. Jonas, metade Fundopem. O beneficiário: Sr. Lírrio Parisotto, a empresa Videolar Innova. A cada ano, Ver.^a Karen, mais R\$ 230 milhões, e o argumento, do então secretário Feltes, era criação de empregos. E eu pedi para o secretário o número de empregos, até para poder votar. Eu fui para a tribuna duas vezes discutir o tema, na época, e não vinha o tal número. Quando veio, eu ainda tinha uma intervenção para fazer na tribuna. É fantástico: R\$ 380 milhões, em 2016, somem mais R\$ 230 milhões, em 2017, mais R\$ 230 milhões, em 2018, mais R\$ 230 milhões, em 2019, mais R\$ 230 milhões, em 2020, mais R\$ 230 milhões, em 2021, sabem quantos empregos foram gerados? Cinco empregos! O cachorro quente do Rosário, eu disse lá na tribuna - eu até tenho aqui, é uma situação chata colocar isso, mas, naquele momento, eu não convenci nem os deputados do PT, que votaram contra mim, eu votei sozinho -, não recebe um centavo do governo e gera 8 empregos. Então, eu respeito os argumentos do Ver. Cecchim, do Ver. Janta, mas eles são ingênuos. Esses empresários querem é lucro, é dinheiro, é mais e mais dinheiro, não há o que chegue. O lucro não tem função social, na visão deles, Ver. Jonas, é simplesmente o lucro. Porque a ideologia se completa ali, no neoliberalismo: quando há o lucro em grande quantidade, o projeto está feito. Não tem que haver nada social. Isso vem desde o governo federal,

essa linha bolsonarista, que passa pelo fim das estruturas públicas do governo Leite e chega no final das estruturas públicas também, aqui, no governo Sebastião Melo. Essa é a circunstância que nós vivemos. É essa a situação que nós estamos vivenciando esse momento. Respeito a argumentação contrária, sim, mas eu quero o bom debate, colocar a minha posição e explicar essa posição. Eu lanço um desafio, no dia de hoje: daqui a um ano, em dezembro de 2022, que nos digam, aqui, quantos empregos foram gerados, e, como disse a Ver.^a Karen Santos, que tipo de empregos foram gerados. E se compare o que se perdeu - porque o projeto não diz quanto vai se perder - em tributos, se compare com o que precisava hoje - disse aqui na Casa o Prefeito Sebastião Melo -, em termos de habitação popular. Nós estamos abrindo mão de dinheiro público! Mas se o argumento vale de que, não havendo impostos, Ver. Karen, ficam todas as empresas aqui e vem todas aqui, então, eles vão retirar todos os impostos, toda a tributação, que é o grande projeto neoliberal: é tirar toda a tributação, todos os impostos. Aí não tem o que arrecadar. Não precisa gastar com ninguém. Mas o lucro está realizado e ali a ideologia está concretizada. O objetivo foi atingido. Por isso, nós temos que votar contra, Presidente. Respeito os argumentos em contrário, mas eu peço que o povo que nos assiste, e que um dia terá acesso a isso - não é ainda no nosso tempo, mas um dia vai ter acesso a cada decisão que se tome no parlamento -, que possa tomar suas decisões vendo o que acontece com aquilo que, em última análise, é seu, ou seja, o dinheiro público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 032/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho até esta tribuna encaminhar em nome da nossa bancada, quatro vereadores, do Ver. Leonel Radde, do Ver. Oliboni, da Ver.^a Laura e em meu nome. É preocupante o nível raso de compreensão do que é o dinheiro do povo. O dinheiro do povo não é dos políticos. O que é isso? Uma eleição como essa que nos antecedeu, ganhou a Prefeitura, mas não ganhou carta branca para fazer o que quer. Vai fazer o que quer com o dinheiro, sabendo que a população tem necessidades? Qual é a primeira necessidade do povo? É a fome! E como se combate à fome? Dando dinheiro para megaempresários? Não! O dinheiro do imposto tem que se desdobrar em políticas públicas. Por que as pessoas moram, dormem embaixo de viadutos? O secretário Léo Voigt não se questiona sobre isso? Está há um ano lá! Ele disse que não tem dinheiro, mas está aqui, secretário, o dinheiro, estão entregando para os megaempresários. Vão continuar as pessoas morando embaixo do viaduto, não vai ter um programa de emprego, não vão ter cursos, não vai ter um aluguel social para todos que precisam – não vai ter! Secretário Sparta, da saúde, reclama que não tem recursos, que não dá para botar médico aqui, não dá para repor ali, não tem como repor o quadro de funcionários do postão da Cruzeiro. Estão lá, trabalhando com dois, três médicos. Não vai ter, secretário Sparta, porque o governo está entregando o dinheiro

para os megaempresários hoje. A política de saúde vai continuar precarizada, e cada vez mais. A secretária de educação está aí, todas as escolas têm alguma coisa caindo aos pedaços. Na Escola Municipal Vila Monte Cristo está quase caindo o telhado na cabeça das crianças, no saguão do pátio, no *hall* de entrada. Está tudo sendo corroído, as estruturas de ferro, que faz mais de 30 anos que estão lá. Não vai ter como requalificar, secretária de educação Janaína, porque o dinheiro do povo, hoje, está sendo doado para os megaempresários. Mas o que é isso? Em que mundo vocês vivem? A mãe, dona de casa, lutando para ter uma vaga na educação infantil, para deixar o seu filho estudando e poder ir fazer uma faxina, não vai ter porque não tem como criar mais vagas, porque o dinheiro do povo hoje está sendo entregue para os megaempresários. A troca do quê? Mais de 5 mil crianças fora das escolas! É isso que estamos tentando sensibilizar aqui. Não aprovem este projeto, criem vagas de educação infantil para essas crianças. Onde já se viu? Criança fora da escola porque o prefeito não cria as vagas. Está há um ano sentado no cargo, está deslumbrado, se deslumbrou com a chave da Prefeitura, ele abre e fecha o cofre para quem ele quiser, e aqui tem gente que assina embaixo. Ele vai liberar o dinheiro sagrado, do suor da trabalhadora, do trabalhador, para uma coisa que a gente não sabe. Dizem: “Vamos criar empregos”. Quantos? O Ver. Pedro Ruas falou bem: “Quantos, nunca dirão! ” Vai ser essa vergonha que foi no Estado? Liberaram milhões de isenção para cinco empregos. Vocês lembram quando fizeram as privatizações? Eles diziam que ia melhorar, melhorar, melhorar se privatizasse, mas não melhorou nada! Nada! Hoje nós estamos pagando caríssimo pela gasolina, porque venderam quase tudo da Petrobras; olha o preço que está, R\$7,00. Nós estamos sendo indexados pelo dólar. *Diesel*, isso eles não falam aqui. Isso eles não falam! Várias empresas estão comprando vários pedaços das empresas públicas, ganhando dinheiro. Tudo vira dinheiro na mão de poucas pessoas e o povo não tem minimamente, ali nos Alpes, água na torneira, Ver. Mateus. A água não chega mais nos Alpes porque aumentou tanto a população e eles não programaram. O MDB, que está há 16 anos na Prefeitura, não programou as expansões de rede, fornecimento de água potável, e o Cecchim vem aqui falar que o PT que não fez. O PT fez, levou água para todos os cantos da cidade, quem não fez foi a tua turma, a turma do Fogaça, a turma do Melo, que era vice, que ficou sentado na cadeira por quatro anos, ganhando salário e não fez uma política pública decente, por isso que hoje o saneamento está estourando. Aí ele vê como solução vender o DMAE para ter tratamento de esgoto e tratamento de água. Inconsequentes vocês são, irresponsáveis com dinheiro da população, e ainda vêm aqui, com um projetinho, hoje, fajuto, para entregar mais dinheiro, que faz falta lá na ponta, na Restinga, no Sarandi, na Cruzeiro, na Lomba do Pinheiro, no Morro da Cruz. São essas periferias que vão deixar de ter o que há muito lutam para ter, que é o mínimo: uma casa para morar, um prato de comida para confraternizar, uma água na torneira, um esgoto tratado, uma escola para o filho, ir no posto de saúde e ter o remédio, e não vão ter, vão continuar não tendo por consequência do governo de direita do Sebastião Melo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 032/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente Mônica Leal, público que nos assiste na TVCâmara; o Ver. Jonas tem mania de falar inverdades – eu vou dizer que é uma mania, para não dizer que é um jeito. Eu falo novamente aqui da tribuna: por favor, Ver. Jonas, o senhor tem que dizer que, em primeiro lugar, ninguém aqui está abrindo mão de nada. Ninguém aqui está abrindo mão de nada, está se tentando trazer investimento para cá. De quanto é a alíquota? Essa alíquota que nós estamos propondo aqui, Ver. Jonas, é em São Leopoldo, cidade da Região Metropolitana do Vale do Sinos, diga-se de passagem, a maior cidade que o PT administra no Rio Grande do Sul – a alíquota que nós estamos discutindo aqui, Ver. Oliboni, lá é dois. O Ver. Jonas vem aqui dizer que nós estamos abrindo mão, nós não estamos abrindo a mão de nada, pelo contrário, nós queremos permanecer aqui os empregos, que ninguém está dizendo que são os melhores do mundo, mas nós estamos dizendo que precisam estar aqui. Precisam estar aqui, não precisam estar em outra cidade. Então nós não estamos abrindo mão de nada, nós não estamos mandando nenhuma empresa embora, como o vereador quis sugerir aqui, que nós estamos tirando dinheiro da saúde, da educação para dar para alguma empresa, nós não estamos dando nada, nós queremos atrair investidores para cá, é isso que nós queremos fazer, e isso se faz com quem tem dinheiro, ou nós vamos fazer uma redução de impostos, Ver. Idenir Cecchim, para quem não tem dinheiro? Nós vamos atrair para cá quem não tem dinheiro? Não, nós queremos atrair para cá quem tem dinheiro. Nós queremos atrair para cá quem pode gerar emprego e renda na cidade de Porto Alegre, e não ver isso ir embora daqui. De novo esse discurso sectário, esse discurso burro, que já foi dado aqui no Estado, que não pode trazer empresa porque está abrindo mão de um imposto, um imposto que não existe. Um imposto que não existe! Nós queremos trazer para cá empresas, dizer para as empresas: “venham para Porto Alegre, aqui a logística é melhor; venham para Porto Alegre, aqui a nossa rede hoteleira é melhor; venham para Porto Alegre, aqui o nosso povo é mais hospitaleiro; venham para Porto Alegre.” E o ISSQN é igual ao das outras cidades, o atrativo é a mão de obra qualificada, o atrativo é a representatividade, a facilidade das pessoas se locomoverem dentro da nossa cidade. Nós não podemos ter empecilhos que não tragam o investimento para cá, e eu volto a questionar, quando o Ver. Jonas fala em abrir mão. Se abre mão, quando tu vês uma central distribuição de uma grande empresa sair de Porto Alegre; se abre mão, quando tu vês uma central de distribuição de uma grande rede de farmácia, de um grande supermercado, uma grande distribuidora de vendas *on-line*. E aí, por favor, me desculpa, eu sou um dinossauro na questão da geração de emprego e renda. Vossas excelências comprem passagem *on-line*, ou vocês vão lá no aeroporto comprar? Vossas excelências comprem na internet, na Amazon, nesses outros que vendem *on-line*, ou eu estou mentindo? Então, gente, vamos devagar, que o santo é de barro e o andor é mais ainda de barro. Nós estamos falando aqui em gerar emprego e nós estamos falando aqui em diminuir uma carga tributária, porque hoje tem uma ou duas empresas só que atuam

dentro de Porto Alegre, no 4º Distrito, e nós queremos trazer mais empresas para Porto Alegre, nós queremos trazer a geração de emprego e renda para Porto Alegre, nós não estamos abrindo mão de nada, porque é algo que não existe, nós estamos querendo trazer, cooptar investimentos para cidade de Porto Alegre, que permita a geração de emprego e renda. Então, quando subir aqui na tribuna, não deixe no ar que nós estamos tirando dinheiro da saúde, da educação, da segurança para dar para alguém; não, nós estamos querendo pegar dinheiro de alguém, nós estamos querendo trazer impostos para a cidade de Porto Alegre, nós estamos querendo trazer renda para as pessoas que moram em Porto Alegre para consumir aqui em Porto Alegre. Diga a verdade, não diga mentiras, porque nós não estamos tirando dinheiro nenhum da saúde, educação, segurança e mobilidade. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 032/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Mônica, demais vereadores e vereadoras, público que nos assistem pela TVCâmara; Ver. Claudio Janta, eu nem ia falar, estava aqui para votar, mas daí depois que eu escutei, Ver. Claudio Janta, o senhor falando em cima das falas do PT, da oposição, que eles estão criticando porque vai baixar imposto. É um absurdo, Ver. Claudio Janta, aí quero me somar a V. Exa. – não sou contra o Ver. Claudio Janta, estou me somando a ele –, porque nós precisamos gerar emprego, Ver. Claudio Janta, nós temos que dar dignidade para as pessoas, e as pessoas só tem dignidade, trabalhando. Para gerar emprego, para gerar trabalho, para gerar renda a gente precisa de empresas, não tem como. Os vereadores são contra as empresas. O Ver. Jonas, do PT, veio aqui, não quer empresa, não quer trabalho, ele quer mesmo é que o povo fique lá, passando fome, necessidade, para ele vir dar discurso que vai ajudar. Eu não consigo entender. E baixar o imposto, Ver. Felipe Camozzato, é ganhar, porque é muito melhor 2% do que 0%, porque quando o imposto é maior na cidade de Porto Alegre do que nas cidades vizinhas, as empresas vão para a cidade do lado, geram emprego lá. Vem trabalhar em Porto Alegre, porque muitos desses trabalhos atendem a cidade de Porto Alegre, mas a sede está na cidade vizinha, o imposto é pago lá, os 2%, e ficamos com 0%. Então, 2% é muito mais do que zero. Não adianta eu querer cobrar 10%, 20%, quando meu vizinho cobra 2%, é uma questão da lei da oferta e da procura, é similar. Então, alguns jogadores aqui são sempre contra. Eu não consigo entender vereador que é contra diminuir o imposto. O vereador do PT veio aqui e é conta diminuir o imposto! Eu quero saber o que ele diz, na hora em que ele vai lá pedir, depois das eleições, como é que ele fala com as pessoas, dizendo que ele correu as empresas da cidade, que ele não quer emprego na cidade? Ele tem que dizer como é que vai se sustentar, porque é muito fácil vir aqui dizer “o governo...” Nosso secretário Cassio, é muito fácil vir aqui dizer “secretário, nós estamos precisando que faça tal obra na cidade, nós precisamos fazer isso, precisamos fazer aquilo”. Eles

têm solução para tudo! O ônibus está ruim, tem que baixar o preço, tem que botar mais uma... Mas não diz da onde vai vir o dinheiro. O dia só vem se nós tivermos empresas, se tiverem trabalhando, gerando emprego, gerando renda na cidade. Portanto, vou votar, sim, favoravelmente, e digo ao governo: mande mais projetos diminuindo impostos para esta cidade, porque nós precisamos, sim, incentivar empreendedores e empresas para trazerem riqueza para a nossa cidade, para gerar emprego, trabalho e renda para que a população de Porto Alegre viva melhor. Votarei favoravelmente a este projeto e a todos os outros que vierem para diminuir impostos na nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 032/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver.^a Mônica. Primeiramente, eu gostaria de dizer que fiquei impactada com a fala da Ver.^a Karen Santos, menosprezando o trabalho do *telemarketing*. Um absurdo! É só pegar as filmagens e ouvir: “Ah, *telemarketing* paga pouco, paga nada, eu já trabalhei lá.” Um absurdo isso! Todo trabalho é essencial e todo trabalho deve ser respeitado. Tem vereadora aqui que gosta de dar cesta básica, cesta básica para o povo, Ver. Gilson, só cesta básica, agora, trabalho, que dignifica, não é para qualquer um. Os vereadores que se dizem pelos trabalhadores, os vereadores da oposição aqui, Ver.^a Mari, a senhora que é empresária e sabe o quanto um bom empresário abre empregos, os vereadores da oposição, jovens, sobem aqui e falam mal, não é do projeto do governo, falam mal é do empresário, que traz emprego. Nós estamos querendo, através deste projeto, o prefeito Melo, o vice-prefeito Ricardo Gomes, incentivar empresas para virem para cá, para quê? Para que se tenha emprego para o povo porto-alegrense. O pessoal da oposição, vereadores, com todo respeito que eu tenho pela oposição, querem dar cesta básica. O governo, e vários vereadores que eu vi aqui nesta tribuna, o Ver. Janta, o Ver. Mauro, querem emprego, querem emprego para as pessoas. Aliás, a melhor assistência social para homens e mulheres é o emprego, isso dignifica a pessoa, e fico feliz de ver a galeria concordando. Nós não queremos aqui entregar migalhas, cesta básica, entregar auxílio, nós queremos emprego, queremos pessoas com carteira assinada, é isso. Aliás, tem gente que não sabe o que é carteira assinada aqui, deveria saber, porque isso é sério. Porque o trabalhador é o pai de família, é a mãe muitas vezes que sustenta a casa e que precisa carteira assinada e que precisa emprego.

O telemarketing, o *call center* é muito, é muito importante e é um emprego de responsabilidade e que todos nós devemos ter o maior respeito, Ver.^a Karen, respeito para com todos os empregos, o menor ao maior emprego; o que ganha pouco e o que ganha muito. Não há emprego mais importante que o outro dentro de uma comunidade, há empregos que se completam.

E nós queremos, sim, dizer sim para este projeto, dizer sim, Ver. Camozzato, o senhor que é pela liberdade econômica, que nós possamos estimular

empresas para virem para Porto Alegre e não saírem de Porto Alegre, que é o que nós temos visto ao longo do tempo, aperta, aperta, arrocha e as empresas vão embora daqui. Queremos, sim, diminuir o ISS para o bem do empregado, para o bem das pessoas que querem trabalhar. Convido os colegas que são corajosos, que são para liberdade econômica, que são pelos trabalhadores, pelas pessoas que precisam emprego votarem sim. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o PLCE nº 032/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLCE nº 032/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0707/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 030/21, de autoria dos Vers. Cassiá Carpes, Hamilton Sossmeier e Moisés Barboza, que estabelece regras para a implantação e a regularização de loteamento de acesso controlado no Município de Porto Alegre. **(SEI 036.00042/2021-58)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, dos Vers. Hamilton Sossmeier e Cassiá Carpes;
- com Emenda nº 02 (destacada), dos Vers. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT) e Leonel Radde;
- com Emenda nº 03, do Ver. Moisés Barboza (líder da Bancada do PSDB);
- com Emenda nº 04, dos Vers. Airto Ferronato (líder da Bancada do PSB), Leonel

Radde e Claudio Janta;

- com Emenda nº 05, do Ver. Roberto Robaina (líder da Bancada do PSOL);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 17-11-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL nº 030/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, audiência da TV Câmara, população de Porto Alegre; boa tarde a todos, todas e todes. Hoje nós temos em pauta um projeto extremamente complexo, polêmico e que divide opiniões. Dialogamos, principalmente, com dois grupos que moram no Morro São Caetano e tem uma realidade bem complexa, já gerou uma série de conflitos e ambos os lados tem argumentos extremamente relevantes e argumentos contundentes. Dessa maneira nós temos uma proposta de emenda realizada, construída conjuntamente com as pessoas que vivem aquela realidade e é importante que ela seja lida e compreendida pelos autores do projeto. Mande para o Ver. Moisés, Ver. Cassiá, vou enviar agora para o Ver. Hamilton, porque esta proposta de emenda apresentada pela liderança do Partido dos Trabalhadores, construída por moradores do Morro São Caetano, amplia a participação popular, amplia a participação de moradores e, inclusive, faz com que a própria Prefeitura articule de forma mais profunda a decisão em relação aos loteamentos. Porque o que nós temos nesta proposta do projeto original pode fazer com que nós tenhamos uma situação muito perigosa na nossa cidade que é a privatização e a ocupação total através de grupos econômicos que tem o interesse de se apropriarem de determinadas áreas. Para isso é importante que nós tenhamos o cuidado, tenhamos a escuta e tenhamos a participação ampla dos moradores dessas áreas. Dessa maneira, nós esperamos que a emenda apresentada, que é um meio termo em relação à proposta original do projeto, seja apreciada. É importante que se diga, hoje quem está debatendo esse assunto a fundo é uma determinada região muito específica de Porto Alegre, que é o Morro São Caetano, e, mesmo naquele local, nós não temos um consenso, nem uma maioria formada, mas esse é um projeto que vai se ampliar para toda a cidade e, pensando em toda cidade, nós temos que pensar não ampliação da participação das pessoas que estarão envolvidas nesse processo e no acesso que a população de Porto Alegre tem que ter direito neste momento e enquanto este projeto for aprovado. Tem que ter acesso às praças, aos equipamentos públicos, porque, caso contrário, da maneira em que nós encaminharemos este projeto, nós podemos, logo no futuro, ter outros problemas que pessoas de boa-fé, pessoas que concordam porque têm suas razões, e eu compreendo, possam não estar ainda cientes ou não ter vivido essa realidade. Dessa maneira, eu peço, mais uma vez, que a nossa emenda seja apreciada, que os autores do projeto tomem consciência da nossa emenda, dialoguem para que nós possamos

também ter a participação de todas as partes que estão em conflito neste momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Márcio Bins; colegas vereadores vereadoras. Venho a esta tribuna para falar do PLCL nº 030/21, que fala sobre os loteamentos, sobre a implantação do acesso. É bem importante falar sobre isso porque eu vivo num loteamento que era para ser um condomínio, no Imperial Park. Há muitos anos, nós lutamos para que nós tivéssemos uma cancela e essa cancela não é feita para proibir as pessoas de terem acesso, ela é feita para que a gente tenha um controle. Nós sabemos o que nós passamos com a insegurança da nossa cidade, o quanto nós precisamos ter esse controle, esse controle não impede as pessoas de circularem. A gente tem vários exemplos na cidade, nós temos o Jardins do Prado que tem hoje uma cancela e que não proíbe ninguém. Quando se para o carro em frente à cancela, tem uma luzinha na cancela que libera automaticamente, a partir do momento que tu para nessa cancela, tem uma câmera que filma a tua placa, ou seja, já sabe quem entrou no condomínio ou no loteamento. Isso é muito importante para segurança de todos os cidadãos da nossa cidade. Eu recebi um resumo dos autores que diz: não privatiza o espaço público – então vamos deixar claro, não privatiza espaço público; é facultativo e não é obrigatório a implantação, ou seja, implanta quem quer; os serviços de rede de água e esgoto, de coleta de lixo, de sinalização, de manutenção das vias, de segurança pública permanecerão sobre responsabilidade da administração pública, ou seja, não serão repassados à comunidade, não tem custo.

Com relação às emendas, a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Moisés, deixa bem claro que fica vedado impedir o acesso de pedestres ou de condutores de veículos não residentes nos loteamentos de acesso controlado ou que se recusarem a se identificar, ou seja, é como eu disse, terão suas placas filmadas, a gente saberá quem está entrando, mas eles poderão, sim, fazer o seu acesso livremente. A Emenda nº 05 não estabelece tudo como obrigação dos moradores, o transporte dos resíduos será feito pela Prefeitura e não pelos moradores. Nós precisamos deixar isso claro que não é de responsabilidade dos moradores. A Emenda do Ver. Oliboni e do Ver. Radde diz que o acesso controlado seja de 100% de unanimidade dos moradores. Isso é inaceitável, porque nunca nós vamos ter 100% das pessoas que concordem com a mesma coisa, isso seria inatingível. Eu quero, então, deixar aqui para todos que, mesmo aprovando este projeto, o prefeito tem o poder de decisão, ele pode dizer onde pode e onde não pode ter e o que pode e o que não pode ter, ele pode decretar ou não. A bancada do PSD vai botar favorável a este projeto. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidindo os nossos trabalhos, Ver. Márcio Bins Ely; todos que nos acompanham na tarde de hoje. Eu vim tirar algumas dúvidas aqui e, primeiro, fazer alguns reconhecimentos. Isso não é um tema novo, Presidente Márcio, existem loteamentos, no Brasil inteiro, desejando ter uma sensação de segurança majorada há muito tempo. Porto Alegre teve uma iniciativa – e quero aqui em nome dos autores, Ver. Cassiá e Ver. Hamilton – aprovada nesta Casa, do Ver. Engº Comassetto, do PT, eu tenho aqui inclusive quem votou, no ano de 2016, a favor dessa proposição. Só que essa proposição não era resguardada por uma lei federal. Mais tarde, por iniciativa também Ver. Bernardino Vendrusculo, e, mais tarde, pelo Ver. Cassio Trogildo, se tentou, mas não chegou a ser votado, abordar esse tema. O que temos, de novo, então? Uma lei federal que já instituiu o loteamento de acesso controlado e monitorado. Ou seja, nós não estamos criando a tipificação do loteamento monitorado, controlado, ele já é legal, já é reconhecido. O problema é que Porto Alegre tem uma insegurança jurídica que afeta os moradores que desejam ter essa sensação de segurança majorada, que tem como um dos princípios o pertencimento da relação da associação de moradores com o poder público. Então quero deixar claro, em primeiro lugar, que a tipificação: loteamento de acesso controlado e monitorado já existe por lei federal! Nós, querendo ou não, Ver. Giovane Byl, já existe. Quando houve a discussão entre os autores, Ver. Cassiá, Ver. Hamilton, sobre o percentual, confesso para vocês que eu defendi os 50% e mais um, e os vereadores disseram: “Não, Moisés, 60% são o que se pede para alterar emendas constitucionais”. Não existe unanimidade, 60% são três quintos. Então, se houve uma alteração para 60%, alguns dados são importantes aqui de dizer para que não fique, não paire nenhuma dúvida sobre a constitucionalidade desse projeto. Não impede o acesso! Ninguém será proibido! E vamos diferenciar: nós estamos falando de loteamento com acesso controlado, não loteamento fechado. A lei federal já diz as características para esses locais pedirem que tenha o monitoramento. “Mas, Moisés, não vai ser impedido?” Não! E nós conversamos, Ver. Cassiá, Ver. Hamilton e eu, fizemos reunião com o Ministério Público, com a Dra. Débora e sua assessoria, o Ministério Público de Urbanismo, deixando claro que o cidadão... Antes que alguém diga: “Não, mas não é a Polícia Federal que está pedindo os meus documentos, a minha identificação; não é a Brigada Militar”. Se o cidadão chegar lá e dizer não quer se identificar, parar lá e dizer isso, ele vai ter acesso. Agora, eu só tenho cinco minutos para falar, teria muito material aqui para debater, vamos debater. Há várias emendas importantes sendo apresentadas, com a bancada do NOVO, outras bancadas estão fazendo emendas sobre a questão do STF. O STF já deixa claro para aqueles moradores de antes da lei não terem a insegurança de que agora passarão a ser cobrados juridicamente pela associação para essa cotização, já está decidido: não podem! Então, parem de dizer isso! Parem de questionar sobre isso! Por fim, quero dizer o seguinte: a lei federal, de 2017, diz, Presidente Márcio, que agora passa a ser competência do Município. As questões judiciais, Ver. Ferronato, existiam porque não

tinha uma lei federal dizendo que os municípios poderiam reger isso. Agora existe em Rio Grande, Pelotas, Estância Velha. Ao líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, para concluir, aqui, em Porto Alegre, o próprio prefeito e secretário não querem que seja por decreto, porque causará uma insegurança para os moradores numa mudança de governo. Então estamos aqui fazendo democraticamente, debruçados no assunto para que seja dada segurança jurídica aos moradores através de lei nesta Casa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcioooo, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, telespectadores, ouvintes, essa questão do fechar o acesso, eu, particularmente, já estou tratando disso. O Erivani esteve comigo diversas vezes, nós fizemos reuniões aqui na Câmara, tivemos diversas reuniões lá com prefeito, a época com vice-prefeito Melo. Então é uma discussão que vem longe e que eu me coloco e sempre me coloquei favorável. E agora, ouvindo um dos autores, já sabia da sua posição, o Ver. Moisés, eu sempre fui contra a ideia de que, para colocar uma cancela de controle de acesso, os moradores seriam obrigados a pagar uma espécie de imposto – isso não vai e não pode acontecer! Por outro lado, a questão de deixar essa regulamentação por decreto, fica apenas na mão do prefeito, e acho que a Câmara tem que ter um mínimo de regramento para a segurança jurídica do cidadão.

Por outro lado, eu ouvi e recebi uma mensagem me falando da posição e da necessidade de se estabelecer uma regra mínima de adesão, e eu apresentei a regra mínima de dois terços dos moradores. O pessoal me falou: “Não, mas, Ferronato, é demais, etc. e tal”. Apresentei uma proposta de maioria simples, que ainda não foi lida, mas eu vou retirar essa proposta. Eu vou retirar, porque, no projeto apresentado, a exigência é de 60%, que é um bom tamanho de adesão – 60%. Então, meu caro Presidente, estou retirando a Subemenda nº 01, que trata da maioria simples, antes de, inclusive, ser apregoada.

E o Ver. Leonel Radde está apresentando uma emenda de exigência de 75% de adesão. Portanto, senhoras e senhores – eu e o Ver. Pedro Ruas somos os mais antigos daqui, da Câmara –, vamos, então, deixar um meio-termo. E eu não vou retirar a proposta dos dois terços até para discutir junto com a proposta dos 75%. Acho demais 75%, deixamos de dois terços, 66, 60 já estão garantidos. E vamos ver se aprovamos alguma coisa que atenda as partes. Mais uma vez, digo que votarei favoravelmente ao projeto, independentemente das emendas aprovadas ou não. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde Presidente Márcio; boa tarde colegas vereadoras e vereadores, público que nos assisti aqui, quem nos acompanham pela TVCâmara. Eu quero, primeiramente, saudar a iniciativa desse projeto ao meu colega de bancada, Ver. Hamilton Sossmeier, ao Ver. Moisés Barboza e ao Ver. Cassiá Carpes, que tiveram a iniciativa desse projeto. Mas também quero ressaltar aqui a importância das associações, que há anos vem encabeçando na pessoa do Sr. Lopes, que é um vizinho da Mário Quintana, do Condomínio Verdes Campos, um lutador que há muito tempo trabalha aqui, na Câmara de Vereadores, levantando essa bandeira. Então, Sr. Lopes, em seu nome, saúdo as associações, que vem há tempos numa luta legítima. P

or mais que tenhamos uma caminhada, no Orçamento Participativo, de lutas por comunidades populares, mas acompanhamos essa luta legítima das associações, que lutam pelos seus direitos. Eu, como morador da Zona Norte, e círculo ali na Santa Isabel, vemos o exemplo de um condomínio que tem ali, na sua entrada, a guarita, onde se identifica quem quer.

E nós vemos, a poucos quilômetros aqui de Porto Alegre, que ali no Verdes Campos, também esse mesmo exemplo. Numa cidade pode, na outra, não pode. Mas eu vim aqui só para registrar o meu apoio e dizer que o meu voto é favorável para aprovação desse projeto. Parabéns pela luta de vocês. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21. A vereadora teve a sua fotografia inaugurada no painel do ex-Presidentes da Casa, cumprimentos, vereadora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde Presidente, colegas vereadoras e vereadores, muito obrigada pela presença de todos, foi realmente gratificante, uma honra inaugurar, descerrar a minha foto na galeria dos ex-Presidentes da Câmara da capital do Rio Grande do Sul.

Mas eu queria utilizar a tribuna para dizer: que projeto maravilhoso! Muito bem aos autores desse projeto, Ver. Moisés Barboza, Ver. Cassiá Carpes e Ver. Hamilton Sossmeier. Olha, eu não sou uma pessoa que tem inveja, mas eu queria ter assinado esse projeto, porque, há longa data, eu digo que esta cidade sofre com a insegurança. Nós vivemos momentos de grande violência. Ora, se existe um loteamento, se existe essa possibilidade de fazer esse controle e não impedir o acesso das pessoas, é claro que nós temos que fazer! É segurança! Vida é o bem maior! A figura do loteamento controlado se apresenta como grande ferramenta à composição da cidade. Sabe-se que a segurança tem alcançado patamares assustadores no Brasil, e aos legisladores cabe encontrar alternativas para resolver esse problema. É isto que o povo

quer: quer solução! Esta Casa tem a obrigação de oferecer, para os porto-alegrenses, segurança! Por isso que nós estamos aqui, para receber essas demandas. A mulher que gera a vida não concebe perder essa mesma vida para o crime. Nós queremos segurança! Então, sabemos que essa iniciativa não barra a entrada de pessoas nesses locais, porém visa inibir a ocorrência de ilícitos. Não há razão para que as casas legislativas não ajam neste sentido: levar maior segurança aos cidadãos. A evolução das cidades e de suas leis dependem da percepção dos fatos. E nós estamos aqui para entender as demandas da população. É inegável que o fator de segurança é determinante para a boa convivência, para o avanço das atividades econômicas, da geração de empregos e da evolução da sociedade. Grande iniciativa, meus colegas, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Moisés Barboza e Ver. Hamilton Sossmeier, projeto importantíssimo! Espero que, cada um dos meus colegas que está sentado hoje aqui e está *on-line*, vote a favor pela segurança dos porto-alegrenses. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Saúdo o Presidente Márcio Bins Ely, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como é bom ouvir os colegas. Quando nós começamos, Moisés – eu, tu e o Hamilton –, lá atrás, nós mesmos achávamos que cada um poderia fazer um projeto. Abrimos mão da impessoalidade, Cecchim, tu és testemunha, para que nós fizéssemos um projeto enxuto, muito bom para Porto Alegre, principalmente na questão da segurança. Eu lembro, com algumas pessoas que estão aqui, que nós, no início do ano, estivemos com o prefeito. O prefeito, inclusive o secretário Cassio estava junto, disse claramente para nós: “Façam um projeto do Legislativo, porque eu não quero fazer um decreto”. Recentemente, nesta semana, nós fomos no Ministério Público. Nós conversamos amigavelmente com o Ministério Público, ninguém é contra, eles mesmos disseram claramente para nós: “É sempre melhor um projeto do Legislativo do que um decreto”. Eles foram claros conosco! E nós procuramos aperfeiçoar, a melhorar, passou por todas as comissões da Casa. Precisamos de 19 votos, para deixar bem claro para todos. São 19 votos para aprovação absoluta. Respeitamos todas as emendas da oposição, todos têm direito a fazer emendas. Emendas que vão corrigir o projeto numa eventualidade de uma dúvida, esse é o objetivo das emendas, ou vocês acham que aqui é só consenso? Não, às vezes, tem discussão, não tem consenso, até há pouco nós estávamos no plenário conversando com os colegas, convencendo-os com qualificação, com emendas, com argumentos suficientes juridicamente, para convencer os nossos colegas. A regulamentação depois será pela Prefeitura, gente. Se, porventura, sair aqui algum errinho, a Prefeitura vai corrigir, o prefeito Melo vai corrigir. Ninguém quer fazer projeto para prejudicar A ou B, as discussões são boas, são democráticas. O Ver. Radde, que fez um vídeo lá em cima do morro, falando coisas que não têm no projeto, nem da audiência pública ele participou, inclusive contra na audiência, porque são cinco de um lado e cinco do outro, os contras não tiveram cinco, tiveram apenas três pessoas, três pessoas. É bom,

Robaina, saber disso, nem na audiência pública eles tiveram coragem de ir, três pessoas. Portanto, que debate é esse? Nós possibilitamos, propiciamos o debate, para que nós... Ver. Cecchim, se tiver que dar, como democrata, se tiver que dar algum aparte para o Ver. Radde, não me oponho.

Vereador Leonel Radde (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassiá, eu estava presente. Cheguei ao final da sessão, mas o meu assessor Cristiano estava participando, não conseguiu espaço de fala. Eu estava numa audiência do Cais do Porto no mesmo horário, mas acompanhei de forma remota essa reunião. Só para deixar citado. Obrigado.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Está bem. Deve ter ouvido o Ministério Público concordar conosco que o projeto é melhor do que o decreto, isso eu tenho certeza que o Ver. Radde ouviu. Quero deixar bem claro que implantação para loteamento de acesso controlado é facultativo, ou seja, não é obrigatório. Vamos botar isso na cabeça, não é obrigatório. Está aqui na lei, o que está na lei é o que existe, o que está fora da lei é *fake news*. Os serviços públicos essenciais, manutenção de rede de água, esgoto, coleta de lixo, sinalização e manutenção de vias, segurança pública, etc. permaneceram sobre responsabilidade da administração pública. Portanto, a Prefeitura vai continuar, não tem nada que ele vai inventar para a sociedade, está no artigo, está lá no projeto, quem não quer ler fica difícil, não vai entender nunca: é expressamente proibido o impedimento de acesso de pedestre ou condutores de veículos não residentes devidamente identificados, ou seja, o projeto repete o que está expresso na lei federal que criou o loteamento de acesso controlado. Está no projeto, está aqui, só ser contra, bom isso a gente já sabe que tem os contras sempre, seja bom, seja ruim. Mas eu tenho certeza, já vi alguns da oposição aqui, nossos amigos, que são coerentes, que não vão votar contra, já ouvi aqui no plenário que não vão votar contra porque o projeto é bom, o projeto é para a segurança. A última pesquisa que nós vimos com o prefeito passando para os seus secretários e para nós, vereadores, é que um dos problemas mais sérios ainda na capital é a insegurança, e nós estamos trazendo segurança, Ver. Moisés, Ver. Hamilton. É nesse sentido que nós acolhemos, que nós estamos sentindo a reciprocidade dos colegas que este é um projeto muito bom. Assim mesmo, vai passar pelo prefeito, pelo crivo do prefeito, e vai dar, sem dúvida, algumas conotações, quem sabe, diferentes, mas nós confiamos de que o projeto é bom, será bom para todos. Nesse sentido, peço aos meus colegas, homens e mulheres livres deste plenário, este projeto é muito bom, acolham este projeto porque ele não é só meu, do Moisés e do Hamilton, ele passa a ser da Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 030/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, público que assiste a TVCâmara, as pessoas que vieram acompanhar a discussão e a votação presencialmente. Olha, nós, do PSOL, temos uma visão de cidade que busca construir uma cidade para todos. Nós sabemos que isso ainda não existe, nós sabemos que um dos problemas mais dramáticos que a população de Porto Alegre vive é o problema da segurança, mas nós não queremos propagar a falsa ideia de que nós resolveremos o problema da segurança pública, apostando simplesmente no reforço à segurança privada, muito menos, e isso é muito grave porque tem muitos políticos que tratam de fazer suas campanhas eleitorais, sua carreira política incentivando a ideia de que restringindo a utilização de espaços públicos, que são públicos, restringindo o uso público de espaços, fazendo com que...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Aí é que está. As pessoas que estão aqui defendendo o projeto dizem que não tem restrição, mas não é verdade. Não está na lei que será proibido às pessoas de passarem na medida que se estabelece uma portaria, uma cancela. Isso não está na lei. É verdade que não está na lei. Mas qualquer um que tem experiência de vida sabe que, se nós estabelecemos a restrição, se nós estabelecemos o controle, o controle dominado privado, isso vai significar, sim, a restrição. É óbvio! Qualquer um sabe disso. Para que farão a cancela se não é para, justamente, barrar o acesso? É lógico que é para barrar o acesso. Esse é o sentido da cancela, não é só o controle. Nós sabemos...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): As pessoas aqui podem se manifestar livremente. Eu estou muito acostumado a receber, na galeria, os setores mais atacados da cidade de Porto Alegre e eu sei que, neste caso aqui, não é bem esse o caso em relação aos problemas materiais mais sentidos de fome, de falta de transporte, de falta de saúde pública, aqui o que está buscando representação parlamentar são pessoas que querem, sim, viver nos seus bairros com o máximo de segurança possível. Pois, não se enganem, para que nós tenhamos o máximo de segurança possível, o poder público precisa atuar, e atuar urgente, porque o poder público não está atuando em lugares como a Apamecor, o poder público não está atuando, e nós sabemos disso. Agora não se enganem que estabelecendo uma lógica privatista isso vai melhorar. Não vai melhorar porque vai estabelecer uma relação de exclusão. Eu já vi no debate público, não é o caso aqui, não é o caso das pessoas que estão assistindo o debate, mas é o caso de muitos políticos, muitos partidos de políticos que usam a tribuna aqui dizendo: "Não, nós vamos resolver o problema de segurança com políticas como essas". Pois esses foram

os partidos que fizeram propaganda da ideia de que segurança privada funcionaria, quando surgiram as milícias, quando surgiu o crime organizado, diziam que aquilo era um grande exemplo de defesa da segurança. Isso é a história do Brasil, podem gostar ou não gostar, é a história do Brasil. Então a nossa emenda...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não vou falar, Presidente Cecchim, das possibilidades que se tem do próprio tráfico. Esta proposta da criação de loteamentos abre margem para um tipo de controle de território que ainda nós não temos em Porto Alegre com a força que uma proposta como esta pode desencadear. Quem quiser fazer que faça, mas também se responsabilize pelo que faz, os bairros com poder aquisitivo, os loteamentos com poder aquisitivo maior, se querem estabelecer um controle desse tipo, portanto, têm que pagar pelos serviços para garantir que esse trabalho seja feito, não podem simplesmente restringir o espaço, que é público, e não arcar com as consequências e com serviço que é público. Sabe, Presidente Cecchim, ...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Tem vereador na tribuna, por favor!

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado. Eu ia justamente, não sou de dialogar com a plateia, mas, às vezes, até quero pegar um pouco para ver se, da plateia, vem alguma luz, para que a gente possa responder às inquietações que sejam legítimas. Porque a inquietação da segurança é legítima, só que o que nós não aceitamos é que se usem uma inquietação legítima para se propagar uma política que privatiza os espaços públicos, que exclui, que joga uns contra os outros; para esse tipo de política, não contem conosco. Por isso que este projeto é ruim, é um projeto ruim, por isso nós vamos votar contra e estamos fazendo uma emenda que tenha sentido de estabelecer, pelo menos, a defesa do interesse público de tal forma que determinados serviços a própria comunidade que estabelece um loteamento com controle deve se responsabilizar por eles. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver. Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 030/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Eu entendo a exaltação da plateia, das falas, mas acho que quem é favorável, quem é contrário aqui dialoga com a mesma perspectiva de preocupação, com a preocupação de uma cidade que possa garantir uma qualidade de vida no ambiente da moradia para todos e todas. Eu acho que essa é a

preocupação, e o que explicita aqui essa discussão é uma diferença de concepção sobre a cidade. Infelizmente, não só Porto Alegre, mas também Porto Alegre sofre as mazelas daquilo que o Estado não dá conta, e o tema da segurança pública é um tema latente na nossa sociedade, na nossa cidade. Alguns setores podem contornar isso, a classe média é um deles, porque tem uma condição estrutural melhor de poder contornar esse problema, de certa forma, obviamente. Porém, não sei se é o ideal e trago aqui na minha intervenção, de forma muito sincera, mais dúvidas do que respostas, porque fazemos esse debate no momento em que nós temos uma série de discussões, Ver. Cassiá, que, na verdade, pensam o espaço público numa perspectiva privatista, que faz de alguns espaços inclusive uma ideia de que a especulação imobiliária possa cercar o espaço, possa pensar estrutura da cidade fomentando a segregação socioespacial que nós temos presente em Porto Alegre hoje. Portanto, é um debate muito mais complexo do que a colocação ou não de uma cancela, se relaciona com uma visão de gestão de cidade. E eu acredito que quem tem o dever, quem tem o compromisso de garantir a segurança, a manutenção dos espaços públicos é o poder público, e quando a gente transfere essa responsabilidade do poder público para as associações de moradores, para grupos privados de segurança, para moradores, nós temos um equívoco de quem é e quem não é responsável pela gestão da cidade. Ainda que eu compreenda as aflições – conheço vários, tenho amigos que estão aqui inclusive reivindicando – eu compreendo as aflições de quem é morador e quer ter a segurança, o gerenciamento, inclusive a manutenção do seu espaço de moradia com qualidade, compreendendo que o poder público hoje não dá conta disso. Mas nós aqui, enquanto Câmara de Vereadores, precisamos fazer um debate mais profundo acerca disso e nós temos feito, infelizmente, inclusive de forma segmentada. Esta Casa aqui, para quem está aqui nos acompanhando, optou por fazer um debate, por exemplo, sobre o Plano Diretor, de uma forma completamente desregulada e compartimentada, o que não nos permite debater de forma mais estrutural os limites da cidade e os nossos problemas. Assim nós viemos aqui debater torres de luxo no Beira-rio, assim nós viemos debater o Arado, o condomínio de luxo, etc., etc., assim nós vamos liberar para grandes construções na beira do Guaíba, no Cais do Porto, etc., etc., e não consigo debater de fato uma visão de cidade, de conjunto. E os projetos vão pingando aqui de uma forma que descaracteriza a cidade que é a profunda desigualdade porque, enquanto alguns bairros vão ter condições de garantir a sua segurança, outros não terão. Como nós vamos dialogar com isso? É um projeto que se adequa a uma questão nacional? Pode se adequar. Para mim, não é essa a questão mais importante da garantia jurídica, é uma concepção de qual a visão de cidade. Eu acho que isso é o debate que nós deveríamos estar fazendo aqui de uma forma mais aprofundada nesta Casa.

E aí, eu trago comigo algumas dúvidas, quem vai fiscalizar quem fiscaliza e gerencia o espaço? Quem é responsável por isso? Quem vai garantir de fato com que ninguém seja proibido de acessar o espaço? Eu vi, quando o vereador aqui falou, que muitas pessoas podem ser impedidas, vi manifestações da plateia de que ninguém seria impedido, mas quem garante isso, como se organiza isso? Hoje, se tu chegas no supermercado, especialmente se for um jovem negro da periferia, tu és perseguido no

corredor do supermercado. Eu mesmo já fui, eu entendo. Quero aqui compartilhar com vocês, caro colega que está aqui assistindo, as minhas opiniões aqui, como vereadora, em relação ao tema que está sendo discutido e as minhas dúvidas. Quem garante isso? Eu sei que alguns moradores, dos 40% que seja, que talvez possam se manifestar contrariamente, como será relacionado com eles em relação ao, por exemplo, serviço de segurança? Eu vi que tem uma moradora ali que é contrária, ela vai ter que pagar? Como é que vai funcionar, qual a segurança jurídica que ela não vai ser cobrada sobre o valor? São questões que eu trago com uma dúvida, inclusive, cobrada sobre um serviço que deveria ser do poder público e não do setor privado.

Enfim, para concluir, quero dizer que a gente faz esse debate sobre um contexto de discussão sobre uma concepção de cidade, sob uma concepção do espaço público, e que este projeto dialoga, mais uma vez, com uma concepção de restringir isso e acaba fragmentando uma segregação socioespacial na cidade. Então eu entendo as pessoas que querem fazer o debate a partir do seu lugar de moradia, e tem legitimidade sobre isso, mas nós, enquanto vereadores e vereadoras, precisamos fazer um projeto pensando na cidade, no todo e de uma concepção sobre o espaço público se ele de fato pode ser gerenciado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde, Presidente Idenir Cecchim, boa tarde, vereadores, colegas, todos que nos assistem pela TVCâmara, esse nosso projeto de lei, proposto pelo Ver. Moisés Barboza juntamente com o Ver. Cassiá Carpes, eu sou também o coautor é um projeto que eu vou falar aqui algumas questões, alguns pontos que desmistificam esse projeto. É um projeto que, aprovado, não gerará obrigatoriedade de sua adoção em todos os loteamentos dos municípios em relação aos loteamentos já existentes, somente poderão fazer o uso do acesso controlado aqueles que contarem com total aprovação por parte dos condôminos residentes no local. Em se tratando de loteamentos novos, a aplicação do controle de acesso, com consequente instalação de cancelas, somente poderá ocorrer em havendo uma expressa concordância da maioria absoluta dos residentes, tal como já previsto na Constituição Federal e em leis subsequentes, os cidadãos não residentes no loteamento não terão cerceado o seu direito de ir e vir ou mesmo de acesso a locais públicos e de direito comunitário. Assim, eu reitero que o alvo desta proposição está em possibilitar maior segurança e liberdade aos moradores interessados em ter o controle de acesso ao loteamento de sua residência. Nesse sentido, conto, mais uma vez, com apoio desta Casa Legislativa para aprovarmos mais um projeto de legítimo interesse da sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli me perguntou se poderia levar a mãe dele na tribuna. Eu sei que não está em nenhum regulamento, mas a mãe está acima do próprio vereador.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu peço desculpas a todos, não estava planejado, mas a minha mãe está me visitando aqui na Câmara, ela não foi de vir na minha posse, e eu devo tudo a essa pessoa. Ela é a mulher ela teve poliomielite com quatro, cinco anos de idade; durante toda a infância estudou a sete quilômetros de casa, se deslocava para o trabalho, para a escola, sendo carregada pelos irmãos, na bicicleta. Ela é o exemplo, para mim, de que não interessa qual é a sua condição, tu não tens desculpa para não fazer o que tem que ser feito. Ela se formou no segundo grau, se mudou para cidade de Porto Alegre, teve a mim e a minha irmã que tem as suas condições especiais e ela nunca se vitimizou. Então se ela não tem direito a se vitimizar, eu não tenho direito a desistir nos momentos mais importantes. Eu sei que isso está fora do protocolo, mas eu queria aproveitar essa oportunidade para dar um abraço nela em agradecimento a tudo que ela fez por mim e pela minha irmã. Desculpa, pessoal, mas muito obrigado. Era a oportunidade que eu nunca tive na minha vida. Obrigado, mãe.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, não tem que pedir desculpa, não, nós é que agradecemos por esse momento de amor, porque todos nós estamos precisando de muito amor.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Idenir Cecchim, vereadoras e vereadores, público aqui das galerias, o projeto que está em discussão foi muito elogiado, merecidamente, porque, na prática, hoje nós temos outras formas de controlar a segurança de bairros. Eu moro num bairro em que nós conseguimos colocar câmeras em todas as entradas, identificação dos carros com adesão de maioria e com isto servir inclusive em questões de investigação aos órgãos de segurança. Então eu vejo esse projeto muito bem-vindo, porque hoje sabemos que não teremos, mesmo com câmeras, um policial a cada esquina, isso é impossível. Então, é um meio de se controlar quem circula dentro dos bairros e, neste caso, será loteamento. Eu acho que temos que dar o aval ao que está sendo proposto. A operacionalização é com o Município. Nós, vereadores, legislamos; nós não implantamos, nós não executamos. Todas as dúvidas que já foram tecidas em comentários podem ser depois tratadas com o Executivo, mas aqui estamos bem representados, com várias associações e eles sabem as necessidades de cada ponto aonde eles moram. Então, somos favoráveis à segurança desta forma, porque vimos aonde temos este tipo de controle diminuem os intrusos, diminuem muito os assaltos, e é isso que a gente quer, a segurança dos cidadãos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu gostaria também de agradecer e cumprimentar a presença do vereador de São José do Norte, vereador suplente, o Robinho, seja bem-vindo. Também quero fazer aqui os meus cumprimentos à mãe do vereador Jessé, seja bem-vinda. Parabéns, Vereador Jessé, é isso aí. Cumprimentos à família toda.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde ao público que nos assiste, quem nunca andou no caminho do meio? Quem nunca, ao descer no caminho do meio, na Av. Protásio Alves, indo em direção a Viamão, na Santa Isabel, passou, pode-se dizer, uma década, por um condomínio que tem guaritas e câmeras? E é o acesso de quem vem de Porto Alegre, pela Protásio Alves, caminho do meio, entra na Santa Isabel, Santa Cecília, entra à direita nesse condomínio, passa dentro do condomínio, a câmera está ali, como já foi dito aqui, filmando a placa da pessoa, atravessa, sai lá por cima, quando vê está lá em Viamão. Isso é um exemplo que eu estou dando de um condomínio antigo, dentro de Porto Alegre, que fez. Nós não podemos ter a sensação de segurança, nós temos que ter segurança.

Eu moro no bairro Jardim Itu, na minha rua tem uma empresa de segurança. Essa empresa botou câmeras na rua, eu tenho câmera na minha casa, tem motos que andam lá na rua. O que impede de ter uma câmera, Vereador Moisés, na entrada da rua? Não é algo meio clandestino, que tu botas no poste, mas algo legalizado que pode ser usado pela polícia, que a empresa vai saber que tem ou não tem. Na minha rua mesmo tem duas, três casas que não têm segurança, não contrataram a segurança, são senhoras aposentadas, e é prestado o serviço de segurança para elas. Nós não podemos ter a sensação de segurança, nós temos que, de fato, ter segurança. Então, se nós somos contra isso, eu proponho o que nós começemos a ir para a periferia de Porto Alegre e discutirmos com quem faz a segurança, lá na periferia de Porto Alegre. Lá as pessoas podem ter segurança? E quem sai da periferia não pode ter segurança? Eu falo aqui com clareza, tem segurança, sim, tem segurança, e eu sou a prova de que tem segurança. Eu estava num evento, numa vila aqui em Porto Alegre – porque eu faço muito evento em vila – e a bolsa da minha mulher estava dentro do carro, esquecemos, não vimos. Quando chegamos, minha mulher disse: "Acho que deixei minha bolsa dentro do carro." Onde está a bolsa? Aí o líder disse: "Só um minutinho, toma um cafezinho e aguarda." Passaram cinco minutos e apareceu a bolsa da mulher, com tudo dentro. Isso é segurança. Ou não é segurança? Quem pegou devolveu, porque quem comanda a segurança disse: "Devolve a bolsa." Então nós não podemos ser hipócritas. É uma demanda da população de Porto Alegre, é uma demanda e não é só a demanda, as pessoas acham que é só no bairro bom, não, é uma demanda que eu já recebi aqui nesta Casa do Parque dos Maias, é uma demanda que eu recebi da Santa Rosa, é uma demanda que eu recebi do Morro Santana. As pessoas não querem ter a sensação de segurança, as pessoas querem ter segurança. E não é segurança do seu patrimônio, esses

dias nós estávamos indo viajar para Passo Fundo, o pessoal combinou de se encontrar na casa da coordenadora da bancada e foram todos assaltados. A rua de trás tem segurança, a rua dela não tem segurança. Então é isso que nós estamos discutindo aqui. Não adianta nós quisermos dizer que hoje tem uma lei aprovada, nesta Casa, do videomonitoramento que, quando foi apresentada essa lei, foi dito que era um Big Brother, foi dito que nós estávamos inserindo na vida das pessoas, na liberdade do cidadão, e foi aprovada, nesta Casa, uma lei de minha autoria, que é o videomonitoramento, e hoje tem permitido, ao poder público, buscar carros roubados, tem permitido ao poder público buscar pessoas que roubam em assalto, através de placas, através de fotos, vendo as pessoas. Então será mais um sistema, da população, integrado ao nosso sistema de segurança que não tem perna. Nós podemos botar mais dois mil brigadianos, podemos botar mais não sei quantos mil guardas, não vai ter perna para alcançar o outro lado. Não vai ter perna passar o outro lado. Então o que é reivindicado aqui é um projeto de lei de autoria do Moisés, do Cassiá e do Hamilton, um projeto de lei que eu acredito que grande parte desta Casa assina junto, que vai permitir que as populações de Porto Alegre, que o povo de Porto Alegre, inclusive na periferia, lá no Parque dos Maias, no Rubem Berta e no Leopoldina, as pessoas possam ter essa condição de não somente cuidar do seu patrimônio, mas principalmente da vida, quando chegam em casa depois de uma escola, quando chegam em casa depois do trabalho, e é permitido saber quem adentra na sua comunidade, na sua rua, quem está circulando na sua rua. Então isso é, de fato, um vídeo-monitoramento feito pelo povo de Porto Alegre para quem mais precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Vereador Márcio Bins Ely, nosso Presidente, demais vereadores e vereadoras, hoje subo nesta tribuna, em primeiro lugar, para fazer justiça e parabenizar o meu colega Ver. Moisés Barboza pela persistência e o trabalho que ele teve para construir esse importante projeto de regulamentação para a cidade de Porto Alegre.

Lembro bem, lá naquele canto lá, Ver Moisés, nós conversando antes mesmo de o senhor protocolar o projeto, e o senhor me contando a história de como construiu esse projeto. O Ver. Moisés foi a vários municípios, Rio Grande, Estância Velha, Brasília para estudar o projeto e estudou aquilo que já acontece em vários municípios. Porto Alegre, infelizmente já está atrasada, porque tem vereadores como os da oposição que são contra tudo. A gente conhece situações, por exemplo, na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia existe um conjunto de apartamentos, à direita de quem desce a Baltazar, em direção a Alvorada, em que as pessoas compraram apartamentos e o único acesso que tem ali das ruas públicas é para aquele conjunto de apartamentos. Ele não tem ligação com o restante do bairro, e esses moradores colocaram uma cancela

e tiveram que retirar, porque não existe uma legislação, em Porto Alegre, que permita isso. Seria o mundo ideal, se nós tivéssemos segurança em toda a cidade, em todas as ruas, que o Estado conseguisse garantir, mas infelizmente a gente sabe que a realidade não é essa. Por que nós vamos de impedir que os moradores se organizem e criem um mecanismo que melhore a segurança das suas casas, dos seus bairros? Portanto, vereador, o senhor está de parabéns junto com os vereadores que depois se somaram ao Ver. Moisés Vereador – Ver. Cassiá, Ver. Hamilton – para construir um trabalho, e aqui têm previstos vários artigos que organizam regulamentam para que os moradores possam tomar atitudes que eles possam viver com mais tranquilidade. Privatizar o espaço... assim como nós somos acusados ao dizerem que privatizamos as praças quando autorizamos que tivessem atividades dentro das praças. Esse é um discurso de ser contra tudo, e eu cada vez tenho mais certeza, Ver. Moisés, de que vou votar em um projeto bom para cidade e o meu voto é sim, porque vocês merecem poder se organizar. Se o Estado não consegue dar o que vocês querem, que nós permitamos que vocês façam aquilo que vocês acham melhor, com regras, com atitudes. E quando eu vejo meus colegas vereadores do PT e do PSOL virem aqui criticar vejo mais ainda o senhor está no caminho certo; voltarei a favor, Ver. Moisés. Estamos com vocês, pessoal.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Colegas vereadores, Presidente Márcio, público que nos assiste, eu confesso que eu estava bastante resistente ao projeto, e inclusive construímos – eu e Ver. Alvoni Medina – uma emenda, e essa emenda foi a pedido de muitos moradores também inclusive de representantes de condomínios que estão aqui. Digo o porquê que eu era resistente, porque eu tenho bronca, bronca de condomínio, de loteamento, de síndico, já me mudei duas vezes por não aceitar regras porque os 60% que forem a favor, ou melhor, os 40% que não forem a favor vão ter que engolir o que os 60% decidiram. Essa é realidade, vão ter de engolir. Mas eu estou me sentindo aqui como quando a gente pega a RS-040 e, enquanto todo mundo está voltando da praia, eu estou indo. Então eu vou retirar a minha emenda, eu fui convencido pelos colegas, eu vou retirar, o Republicanos retira a Emenda nº 08. Nós retiramos, Presidente a Emenda nº 08 e voltaremos a favor, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely. É óbvio que, sendo da segurança pública, eu não poderia deixar de

subir aqui nessa tribuna e falar sobre segurança. Inclusive sinto falta aqui de outros colegas que são da segurança pública virem aqui falar da segurança. O povo de Porto Alegre precisa de segurança, e sabemos há muitos anos que segurança pública, caro Ver. Pedro, não se faz apenas com polícia na rua, se faz também com outras estratégias, se faz com o governo municipal atuando na iluminação pública, na poda de árvores; se faz com o poder público tendo um bom saneamento, com criança na escola, mas se faz também com a população. Segurança pública também perpassa às pessoas, já está na Constituição: é dever do Estado e é um direito e responsabilidade de todos. A responsabilidade de todos perpassa também às pessoas procurarem formas de auxiliarem o governo municipal, estadual ou federal em também cuidar de si, das suas coisas, da sua família. E aqui, nada mais nada menos, nós estamos falando que as pessoas dos municípios, que procuraram, por certo, o Ver. Moisés, o Ver. Cassiá e o Ver. Hamilton, e outros tantos vereadores – porque essa é uma pauta que eu já falei há quatro anos, que já tivemos audiências, que já tivemos várias reuniões – para também auxiliar como uma forma de dar uma ideia de também ter maior segurança, porque apenas condomínios de classe média alta e alta podem estar fechados, cuidando da sua segurança? Nós também queremos a segurança para os loteamentos. Nós precisamos que os loteamentos também estejam seguros, e não tem nada a ver, Ver. Robaina, com milícia. Eu não quero entender que o senhor falou que essas pessoas que estão procurando segurança são milicianos, que têm *modus operandi* – porque é isso que é milícia – de organização criminosa, grupo se mantém com recursos de crime! Eu tenho certeza que o senhor não quis dizer isso para as pessoas que são de bem. Não tem ninguém de miliciano aqui, não tem nada de milícia; aqui tem pessoas preocupadas com as suas famílias, aqui tem pessoas preocupadas com seus filhos, com adolescentes. E também não estamos falando aqui que isso é uma regra básica para todos os loteamentos, não; para aqueles loteamentos que querem. Aliás, a democracia deve pairar, além da casa parlamentar, também nos loteamentos, para conversarem entre si e para verem de que forma será regulamentado. Vamos mais adiante, as perguntas da Ver.^a Laura: quem ficará responsável pela contratação? É óbvio que é o loteamento; é óbvio que as pessoas que moram no local vão estar ali vendo a melhor forma do cuidado de uma pessoa que está numa cancela sem estar armada, pedindo a identificação, mas também sem obrigatoriedade. Nós estamos falando aqui de pessoas e não são só essas pessoas que estão aqui, muitas pessoas pedem mais segurança. e a segurança hoje está também precisando de mudanças nas leis. Se nós efetivamente tivéssemos uma lei que mantivesse presos criminosos pelo tempo que lhes foi dado pelo juiz, não teríamos tanta criminalidade na rua. Hoje a Polícia Militar – a Brigada, os nossos valorosos brigadianos – prende de manhã, e à tarde o criminoso está solto! E isso nós não podemos admitir na nossa capital e temos que ter formas de dar segurança para as pessoas. E aqui não tem governo Municipal tirando o pé, dizendo que não vai estar presente; não tem polícia dizendo que não vai estar lá, bem pelo contrário, é dever do Estado, é dever da Brigada Militar, da Polícia Civil estar dentro dos loteamentos. Mas, as pessoas desses loteamentos estão se organizando para também auxiliarem na segurança pública de uma forma correta, organizada; de uma forma que nós precisamos

ter em vários loteamentos. Esses moradores estão pedindo o respaldo político de nós vereadores, e nós vereadores não podemos nos omitir dizendo não para segurança, que, aliás, diz respeito à cautela, à prudência, à reserva quem não quer uma porta com cadeado? É muito melhor. Agora, eu fico preocupada com aquela pessoa que diz não, não precisa nessa porta colocar cadeado. Por quê? A quem interessa a ter menos segurança? Nós que temos segurança.

Quero parabenizar os vereadores – Moisés, Ver. Cassiá, Ver. Hamilton – pelo belíssimo projeto, que, diga-se de passagem, acordado com o governo. O governo municipal está dizendo sim para esse projeto, porque entende da importância de as pessoas se sentirem seguras, de as pessoas terem a segurança para ir e vir. E aqui nós falamos sobre liberdades, liberdades também de as pessoas preservarem as suas vidas que está na Constituição.

Então eu peço para os colegas vereadores que digam sim, sim para segurança pública; sim para esse projeto que nós estaremos também dando sim. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLCL nº 030/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores colegas vereadores, público presente, telespectadores da TVCâmara, Presidente, boa tarde a todos. Pessoal do Morro São Caetano diz sim ao projeto. Pessoal o projeto é muito bom, assim como a Ver.^a Mônica, eu também gostaria de ter assinado esse projeto. Ver. Hamilton, Ver. Moisés, Ver. Cassiá estão de parabéns, assim como os vereadores que vão votar favoravelmente ao projeto, estão de parabéns também.

Que bom se todas as áreas da cidade pudessem seguir esses exemplos, que são bons exemplos; exemplos positivos. Exemplo de organização, de urbanismo, de mobilidade urbana. Nós convivemos com uma violência diária em vários bairros da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País e, se nós pudermos utilizar esse modelo também em outras partes da cidade, tenho certeza que o Porto Alegre vai ter uma maior sensação de segurança o nosso secretário municipal de segurança, faz o trabalho sensacional – o colega Ikeda foi comandante-geral da Brigada e hoje é o nosso secretário municipal de segurança. Tenho conversado muito com ele, tenho conversado também com a Comandante Nádia, com a Ver.^a Mônica e com aqueles vereadores que são ligados à área de segurança, com aqueles que pensam na cidade mesmo. Eu não gosto quando as pessoas são contra tudo e contra todos, quando não tem um nexo causal, um começo meio e fim. Então simplesmente votar contra projeto porque é da situação é errado, eu vou repetir o que eu disse outro dia aqui: em vários projetos da esquerda votamos de forma favorável, porque nós pensamos nas pessoas, Ver. Gilson Padeiro. É um milhão e meio de pessoas que moram em Porto Alegre e merecem nosso carinho, a nossa atenção; nós temos 17 subprefeituras!

Eu quero convidar os vereadores de oposição que andem de ônibus, de bicicletas, de lotação; conversem com as pessoas; andem nas ruas, sintam Porto Alegre de verdade, não só nas suas bases eleitorais, não só com seu público nós não podemos segregar, dividir a cidade simplesmente para a gente se eleger, nós temos de pensar em todos. Então esse projeto é muito bom, o meu voto é favorável, e vou repetir para você alguma coisa importante: que esse exemplo possa ser repetido muitas e muitas vezes, porque Porto Alegre não pode parar!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Bobadra. Temos matéria a ser empregada, diretor? Mais algum vereador se escreve para discutir? Com a palavra o diretor Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Airton Ferronato, à Emenda nº 04, ao PLCL nº 030/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLCL nº 030/21.

Apregoo requerimento, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCL nº 030/21.

Apregoo requerimento, de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLCL nº 030/21.

Apregoo Emenda nº 06, de autoria do Ver. Moisés Barboza, Ver. Hamilton Sossmeier e Ver. Cassiá Carpes, ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLCL nº 030/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni e do Ver. Leonel Radde, ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLCL nº 030/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLCL nº 030/21.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria do Ver. José Freitas, Líder da Bancada do REP, e do Ver. Alvoni Medina, ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLCL nº 030/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 09 ao PLCL nº 030/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, deferido pela Presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 08 ao PLCL nº 030/21.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria do Ver. José Freitas e do Ver. Alvoni Medina, ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 10 ao PLCL nº 030/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas e do Ver. Alvoni Medina, à Emenda nº 03 ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLCL nº 030/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo PLCL nº 035/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está encerrada a discussão. Votaremos as emendas destacadas primeiro.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da emenda.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Moisés Barboza, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCL nº 030/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 08 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 05 ao PLCL nº 030/21.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): É uma justificativa. Votei "não" porque aprovada uma emenda dessas, aí, sim, encareceria muito a exigência lá do condomínio. Por isso votei "não".

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passemos à apreciação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCL nº 030/21. (Procede à leitura da emenda.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLCL nº 030/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): A democracia faz com que a gente tenha que escutar os divergentes, não é? E até perder votações. Faz parte. Faz parte! Eu sei que talvez alguns não gostem muito da democracia, mas ela existe ainda, então faz parte, o espaço de fala faz parte da democracia. Essa proposta foi apresentada por moradores do Morro São Caetano e tem como objetivo, então, que 75% dos moradores votem para aprovar esse loteamento de acesso controlado. Basicamente é isso. Não é 100%, são 75%, e também dá à Prefeitura um certo controle sobre as determinações vinculadas a esse acesso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mari Pimentel, a Emenda nº 07, destacada, ao PLCL nº 030/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 09 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 07 ao PLCL nº 030/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Direto Legislativo): Passamos à votação das emendas não destacadas, observando que o projeto será encaminhado conjuntamente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLCL nº 030/21. (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Retorno agora para falar sobre esse projeto em encaminhamento. Sou favorável ao projeto e explico o porquê. Eu fui vereador no município de Viamão, e esse problema se repete em toda cidade e em muitas cidades do nosso Estado. No município de Viamão, existia esse problema, como foi citado aqui pelo Ver. Claudio Janta sobre a questão do bairro Três Figueiras. No bairro Três Figueiras, inclusive, aconteceu um assassinato. O assassinato de quem? Do meu chefe da Segurança da Justiça do Trabalho; ele foi assassinado enquanto entrava em casa. Por quê? Assalto à mão armada para roubar uma Duster. As pessoas que praticaram esse crime, os criminosos, queriam fazer a subtração do veículo. Muitas vezes, os moradores solicitaram para a Prefeitura a autorização para colocar guarita na entrada e na saída, porque não era só o problema da segurança, era também o problema da segurança. Quem conhece a região de Viamão sabe que, no prolongamento da Av. Liberdade, tem um descampado, tem uma parte ainda arborizada que não tem residências. O que acontecia? Aquele local era objeto de descarte de lixo, entulho, cachorro morto, animais de toda espécie, cavalo; inclusive, era um foco de desova de corpos. Os moradores, assustados, requereram para prefeitura, várias vezes, autorização para colocar guarita nas três entradas que tem o bairro. Sempre foi negado, sob à alegação de que não teria legislação que permitisse. Quando teve o assassinato do meu chefe, o Sr. Wilson, os moradores colocaram no grito, no pavor, porque não tinha nenhum agente público que resolvesse aquele problema, isso aconteceu, está documentado, é só colocar no Google "servidor da Justiça do Trabalho assassinado enquanto chegava em casa". Vai aparecer; e os moradores colocaram a cancela no grito. O Ministério Público foi lá e apontou; daí nós fizemos uma lei municipal para autorizar que isso acontecesse. Foi feita a lei; foi aprovada a lei; depois, por questão política, o prefeito atual revogou a lei, mas ninguém tirou as guaritas. As pessoas preferem tomar multa do que correr o risco de ser assassinado entrando em casa. Elas preferem pagar a vigilância particular do que deixar que, naquele acesso que devia ser controlado pelo poder público, tenha desova de animais, corpos, que as pessoas estejam expostas ao

risco de criminalidade. O que acontece quando se tem um acesso controlado? Lá não se permitia a colocação de cancelas; tem só três guaritas com um guarda em cada guarita, pagos pelos próprios moradores. O que faz guarda? Só anota a placa de quem entra, não faz mais nada, não pergunta o nome, não vê que hora vai; só a placa. Só isso é o suficiente para inibir a criminalidade, porque o vagabundo quer roubar e não ser encontrado. Depois, evoluiu-se, por conta do custo dessa implantação, para câmera de segurança nessa guarita de entrada. Diminui-se o custo dessa implementação e manteve-se a diminuição da criminalidade. Então, eu entendo que os defensores do Estado gigante querem que tenham, cada vez mais, funcionários públicos – para depois cooptarem, eleitoralmente – para fazer o controle de acesso dos locais de vocês, através da guarda municipal, polícia municipal, política estadual ou alguma coisa nesse sentido, do que deixar que vocês possam buscar solução para o problema de vocês. Isso já funciona, e vocês não estão pedindo chapéu para poder público; é o contrário, vocês estão pedindo que o poder público não atrapalhe vocês. É isso o que a gente vai fazer hoje.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELYY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 030/21, pela oposição.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Encaminho em nome da oposição, Partido dos Trabalhadores, PSOL e PCdoB. Vou contar uma história rápida, bem simples. Há alguns anos, no Rio de Janeiro, um indivíduo foi morar num condomínio, numa área um pouco violenta do Estado. Ele resolveu que queria ser síndico daquele condomínio, e existia um grupo que fazia a segurança privada daquele condomínio. Ele, sendo eleito, assumiu seu cargo, foi votado, em contrariedade com seu irmão, e ele resolveu perguntar para essa empresa que fazia a segurança daquele condomínio se eles estavam regulamentados, se eles tinham os documentos em dia, como é que funcionava, porque eles cobravam uma taxa de todos os moradores daquele local. O resultado disso foi que esse trabalhador, professor, entrou numa disputa judicial com essa empresa que fazia a segurança, e ele ganhou, e a empresa foi desligada. Dois dias depois, ele foi executado. Sabem de quem eu estou falando: do irmão do deputado Marcelo Freixo; antes do Marcelo Freixo ser eleito vereador, deputado. Essa foi a história.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Agora, eu estou falando, na hora em que tu quiseses falar, tu falas e eu te escuto. Eu, como policial, que trabalhava na Delegacia de Homicídios... Pareço policial, porque eu defendo a segurança pública, não a privada. Eu defendi, nesta Casa, os guardas municipais na reforma da Previdência, enquanto aqueles que falam em nome da segurança pública votaram contra os guardas municipais e a favor da reforma da Previdência, que arrebatou os guardas municipais.

O meu partido, na Assembleia Legislativa, votou a favor dos policiais, enquanto os partidos que apresentam essa proposta votaram contra os policiais! Essa é a verdade! Nós estamos discutindo aqui a privatização da segurança pública, a milicialização da segurança pública, o empresariamento da segurança pública, e nós não podemos permitir isso. Os que vêm aqui falar que as pessoas têm medo, que as pessoas precisam de mais segurança são os mesmos partidos que não querem concurso público, que não querem reposição salarial, que atacam seus próprios colegas e vêm falar em nome da segurança pública. Todo mundo quer segurança pública, ninguém aqui está dizendo que não precisa de câmeras, que não precisa de controle, mas, da forma como está sendo feito esse projeto, nós estamos nos encaminhando para uma milicialização, uma privatização do espaço público em nome do medo. Foi o medo que elegeu um presidente ligado às milícias, um presidente genocida e que tem atacado os servidores da segurança pública com a PEC 32 e com todas as reformas que fez. Não fez nada pela segurança pública, mas tem o discurso aqui de gente que vem falar em Nicarágua. Eu quero ouvir falar desse presidente miliciano, envolvido em corrupção e que defende esse tipo de proposta. Nós não podemos aceitar a milicialização da nossa cidade. Nós temos de investir em segurança pública, temos que investir em qualificação, em equipamentos, em concursos públicos e em respeito os policiais que trabalham dia e noite e que doam sua vida; não é privatizando! Quem vai controlar? Vão me dizer, agora, que, na Mário Quintana, quem vai controlar será o padeiro, o senhorzinho que faz pão. Ele vai controlar que entra e sai? Por favor, sejamos claros com o que está acontecendo. Estamos em prol da segurança pública e da população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 030/21, como coautor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente... Levanta o meu microfone, o deles tu estás levantando; agora tu abaixaste meu microfone; tens que levantar o microfone! Eu tenho notado que estás levantando o microfone para eles. Cuida disso, Presidente, pois eles estão levantando o microfone para os outros e baixando para nós. Quero dizer ao Ver. Radde, este vereador que vocês viram gritar aqui foi o que tentou prender alguém aqui na Câmara. Ele pensava que era policial civil ainda; ele quis prender, mas que competência tem um vereador de prender? Ele é vereador agora, ele não é mais policial. Para gritar aqui, pode gritar, nós já sabemos a sua raiz.

(Aparte antirregimental do Ver. Leonel Radde.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu não vou lhe dar, já falou demais. Está gritando muito, não vai prender ninguém, não tem competência para isso.

Não, não tem competência; aqui ninguém vai dar carteiraço. Senta e escuta; já falou bastante. Esse é um vereador radical que vocês estão vendo; é da Polícia Civil, vocês imaginem um homem desses na Polícia Civil. Presidente, eu quero falar; o tempo é meu.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está garantida a palavra, se o senhor não concedeu o aparte, o aparte não será concedido.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Acalme-se, Ver. Radde, o senhor grita muito, mas aqui não vai gritar mais, na marra não vai; é no voto. Misturou todos os discursos, misturou com miliciano, com coisa federal, com coisa estadual, misturou tudo. Na realidade, o Ver. Radde tem que ser vereador, a sua competência, hoje, é de vereador. Com radicalismo de policial eu não concordo; aqui nós somos vereadores. Quero dizer também àqueles que falam da privada e da pública: o cidadão não quer saber se é privado ou público, ele quer o melhor para ele, ele quer o melhor para a sociedade. Essa é a realidade, e vamos parar de, também, dizer que o fulano é isso ou aquilo, trazer coisas que não tem nada a ver. Todo mundo vai entrar no morro, a maioria dos loteamentos são de gente pobre e que querem segurança. Vou dizer mais: o Radde está com medo é que a segurança seja das associações, seja fiscalizado; os que estão contratando, individualmente, aí, sim, é milícia contratar particular. Não! Vamos falar a verdade; o projeto anterior que deu problema era do PT, do Ver. Comassetto, que não deu certo, que era incompetente! Essa é a realidade. Agora não, agora é uma lei clara, objetiva e que não obriga nada, mas que traz mais segurança à sociedade Porto Alegre. Cada vez que eles gritarem aqui, nós vamos gritar mais forte; eles não vão falar sozinho! No grito, não, na competência, no argumento e na condição jurídica. Sr. Presidente, esta Casa é soberana, este plenário é soberano e vai dar os votos com soberania, vai ser uma votação espetacular! Peço a todos os meus companheiros: vamos dar uma lição aqueles que querem ganhar no grito! Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver. Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 030/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada Presidente, vereadores, público que está nos assistindo. Pois é, ver um policial civil falar que não quer a segurança, ou que segurança fechando loteamento é milícia, no mínimo, é uma baboseira; isso é o que nós estamos escutando aqui. Aliás, Ver. Leonel Radde, o seu partido, o PT, à época, quando foi governo do Estado, queria que os policiais militares, antes de retirar sua arma do coldre, dissesse "parado, polícia, eu posso atirar". Nisso, o policial já tinha morrido. Aliás, o PT, na época do governo do Estado, dizia que todo o quartel da Brigada Militar e o 190 deveriam atender com a seguinte fala "governo popular e democrático, boa tarde, Brigada Militar", querendo, de certa forma,

sindicalizar, fazendo com que a Brigada Militar, que é do Estado, fosse do governo. Isso está totalmente errado, Ver Leonel. A Brigada Militar e a Polícia Civil são do Estado e não servem a governos. Aqui nós estamos falando de segurança para as pessoas que estão precisando. Ver. Cassiá, Ver. Moisés, Ver. Hamilton, ninguém está tirando o poder, o dever de as polícias trabalharem em prol da segurança do cidadão porto-alegrense, estamos dizendo que é responsabilidade também do povo, que deseja fazer um cercamento, fazer um loteamento onde tenha monitoramento de quem entra e sai como uma forma também de segurança. Eu entendo que alguns vereadores têm dificuldade em falar nisso, porque são vereadores que estimulam a invasão de espaços, que estimulam a invasão de locais que são de propriedade particular ou pública, aí eu posso entender que eles não queiram que fechem loteamentos, pois essa dificuldade eles têm porque estimulam invasões. Além disso, quero dizer para vocês que existem três tipos de políticos: os covardes, que sempre ficam em cima do muro e que as pessoas não desejam mais; os ideológicos, "por que não é aquilo que o meu partido fala, eu voto contra"; os corajosos, que são aqueles que vão vir aqui na tribuna defender o povo e dizer o que a maioria quer, porque isso é democracia, a maioria vence. Tem gente que não entende isso. Agora, se subissem aqui e falassem pela segurança eu ficaria muito feliz. Não se mata o cachorro porque ele está com pulgas! O Ver. Leonel Radde trouxe um fato do Rio de Janeiro, pontual, agora, todo mundo, Ver. Cassiá, pelo que falou o Ver. Leonel, que nem me parece ser policial civil, por tanta bobagem que falou aqui na tribuna, gritando, aliás. O microfone está aqui para aumentar a voz, não precisa gritar. Aliás, grita quem não tem razão, e eu gosto muito que as pessoas sobem aqui e se entregam. Não estão a favor do povo, estão a favor dos seus partidos e da sua ideologia: se não é do meu partido, se não é da minha ideologia, eu sou contra. Enfim, vamos votar "sim" e mostrar, nesse placar, que aqui tem vereadores corajosos que falam em favor do povo. É "sim"! Muito obrigada! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a prorrogação da sessão, nos termos regimentais.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 030/21.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Artista com orgulho, com muito orgulho! Me sustentei durante mais de dez anos como ator, como artista. Venho da classe e quero deixar um abraço aqui ao SATD – Sindicato dos Artistas e Técnicos em

Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul. Minha formação toda eu devo ao teatro, eu devo à música, eu devo às artes. Tenho muito orgulho de ter trabalhado tanto tempo como artista, e vocês me elogiam muito me chamando de artista. Eu quero lembrar à Nádia que ela hoje só ocupa essa cadeira graças ao Partido dos Trabalhadores. Tudo isso que ela narrou agora, que nos governos do PT era A e B, ela fazia parte, estava lá sentada numa cadeira de comando, chorando inclusive para diretoras, para assessoras, porque queria a promoção dela e do seu marido, que passavam por dificuldades econômicas profundas e precisavam de um espaço dentro do governo. Então é muito fácil hoje virar o coxo, porque sei lá, hoje a extrema direita dá mais voto, então vamos para a extrema direita. Mas daqui a pouco a extrema direita faz água, vamos para o outro lado, vamos virar um discurso mais feminista. É muito fácil fazer esse tipo de discurso. E o Ver. Cassiá, eu gostaria de chamar atenção para que ele abrisse a Constituição, pois lá ele vai ver que qualquer um do povo pode dar voz de prisão, qualquer um, não precisa ser policial, se tem um flagrante delito, qualquer um do povo pode, e o que aconteceu aqui nesta Casa, com violência contra vereadores, com utilização de suástica, com defesa e ataques racistas às vereadoras, me admira o senhor não ter dado voz de prisão para eles. O senhor concorda com essas pessoas, com o negacionismo dos antivacinas? Eu acho que não! E outra: eu sigo policial, eu estou de licença, mas sigo policial, e tenho orgulho de ser policial. E eu tenho certeza de que os colegas que trabalharam comigo e que não são fanatizados respeitam o meu trabalho mesmo que discordem da minha posição política. Quem não respeita a democracia é que mistura as duas coisas. Sempre fui operacional, o primeiro a entrar. Agora, poucas horas atrás, estava numa audiência de um preso, homicida, tinha queimado vivo uma pessoa e tinha jogado a arma pela janela, nós localizamos a arma dele, uma Glock com rajada. É esse tipo de trabalho que eu fazia.

Então mais respeito à minha função e aos meus colegas. E nós vamos defender, sim, que esse projeto não seja aprovado. Sabemos aqui que pela claqué e pelos vereadores, muito provavelmente os votos já existem, mas o nazismo também se fez na maioria, o fascismo também venceu na maioria, Bolsonaro também venceu na maioria, e isso não significa que estejam certos, isso não significa que essa política que está sendo implementada, e eu vou dizer que eu acredito que, com muita boa vontade de muitos, na boa-fé de muitos, mas que o resultado que ela pode ter é nefasto para a nossa cidade, e nós temos obrigação com uma visão de mundo, uma obrigação com a segurança pública, e não a segurança privada. Isso tem que ser dito! E nós temos que defender a vida de todos os cidadãos e cidadãs, onde quer que estejam. E nós temos que batalhar por isso, mas não vai ser através do controle de corpos, dessa forma como está sendo constituído que nós vamos conseguir isso. É através da educação, é através da distribuição de renda, é através da iluminação pública, é através do saneamento, é através de investimento, sim, em segurança pública, em câmeras, em contratação de servidores, em respeito salarial a esses servidores, que é justamente o que o PP, do partido do Ver. Cassiá, vota contra, que a Ver.^a Nádia vota contra. São esses servidores, desmotivados, sem nenhum respaldo, que vão para a rua trocar tiro com a

criminalidade, e é esse grupo que nós defendemos de verdade, por isso votaremos contra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Ultimamente, o Ver. Leonel e outros vereadores ficam dizendo que eu participei do governo do PT. Eu gostaria que esses vereadores provassem a minha participação como nomeada com CC. Provem ou retirem essas falas absurdas que estão acontecendo para com o meu nome. Eu gostaria aqui de desafiar qualquer vereador que prove que eu fui CC de algum governo do PT, porque isso jamais aconteceria. Eu gostaria que provassem, porque esta Casa não é feita de falácias, e as pessoas que falam devem comprovar o que elas estão falando. Obrigada, Presidente.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Só para esclarecer: possivelmente, a nobre colega vereadora, que se diz ser comandante, a Ver.^a Nádia, ela só foi comandante porque no governo Tarso Genro, a pedido do comandante da Brigada Militar Fábio, ela foi nomeada comandante do 19º Batalhão. Portanto, uma decisão de governo da Frente Popular. Essa é a verdade. Ninguém aqui está escondendo nada. É mérito da vereadora, foi comandante de um batalhão no nosso governo. Possivelmente deve ter tido uma avaliação pelo seu trabalho, portanto ela foi comandante no governo Tarso Genro, assinada portaria pelo comandante e pelo governador. Muito obrigado.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Vamos lá, já que ficou no meu nome. A Brigada Militar não pertence a governos. Eu fui a primeira mulher a comandar um batalhão no governo da Yeda Crusius, e óbvio que continuaria comandante por parte do PT, do PSDB e de qualquer outro. Isso não é cargo em comissão, isso é um cargo da Brigada Militar. E os senhores parem de falar isso ou comecem a comprovar a bobagem que estão falando, porque senão teremos que conversar fora da Câmara. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 030/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu vim da vila, e na vila quem bate primeiro e quem bate por último ganhou a briga. A comandante ganhou a briga aqui. Então ela foi nomeada... Vou começar a falar disso aí, porque isso virou bate-boca. Então, quem foi nomeado no governo Simon, é do PMDB; quem foi nomeado no governo do Olívio, é do PT... Isso é de carreira, gente! Se ela foi CC, eu acho bom trazer aqui, agora, nomeação de delegado, de comandante, de gerente de estatal, independente do governo, isso é por carreira. Meu pai foi nomeado gerente na CRT, no governo Jair Soares, e não era do PP. Se eu não me engano, foi no governo do Jair Soares.

Eu quero dizer que muito se falou em milícia, muito se falou aqui em terceirizar a segurança pública. Muito bem, então vou falar de uma coisa que eu vivo, convivo e conheço um pouquinho: a Av. Voluntários da Pátria, pertence a quem? (Pausa.) As lojas que atuam na Av. Voluntários da Pátria, do início dela, lá da Tumelero, até o final dela, na Praça XV, são dos empreendedores que ali estão, dos árabes, dos turcos, são do pessoal que trabalha ali, Ver. Pedro Ruas. Mas há um ano e meio, dois anos, apareceu na internet uma cena de um cidadão sendo chutado, sendo tratado como, pode-se dizer, um bicho – como se tratava bicho antigamente. Esse cidadão era segurança do Centro de Compras Popular, onde uma facção tomou conta. Hoje, a maioria das lojas têm na frente segurança privada. De quem? É da Brigada? É uma empresa? Não, é de quem tomou conta do camelódromo. Está ali, nos nossos olhos, no centro de Porto Alegre. Centro de Porto Alegre! Já fizemos várias reuniões, com todos os governos, inclusive o estadual, para tratar desse tema, há uma operação, e nós sabemos disso, há vários setores e segmentos que atuam no centro de Porto Alegre, e aqui nós tivemos vários secretários da SMIC que enfrentaram esse problema. Nós estamos falando aqui de botar câmeras, de botar segurança onde as pessoas moram. Na semana passada um cidadão – até provem contrário, nada contra ele –, tomou 80 tiros na saída do seu condomínio, 80 tiros na rua onde mora. Uma senhora que vinha passando com seu filho foi alvejada e está até agora em estado grave no hospital. Se essa rua tivesse segurança teria sido evitado? Talvez não, mas se saberia o carro, a placa, teria filme das pessoas que estavam dirigindo aquele carro, e, com certeza, mais rápido esse crime seria solucionado. Hoje à tarde, na Rua Lageado, aqui em Petrópolis, um outro cidadão foi numa clínica fazer uma cirurgia e foi alvejado em plena rua. Estamos falando aqui, foi o que o vereador disse, de pessoas que estão perdendo a sua vida, pessoas que estão chegando em casa de manhã, pessoas que estão chegando em casa de noite, pessoas que estão chegando em casa no final da tarde – no final da tarde – estão sendo assaltadas, roubadas e assassinadas. É isso que está acontecendo, é isso que gera mais insegurança, inclusive nos bairros mais longínquos, inclusive nos bairros populares. É uma sensação que as pessoas querem ter e querem ter de fato a sensação de ter segurança. Aqui não está se discutindo que um condomínio, que uma rua vai pegar o papel da Brigada Militar, vai se apropriar do papel da Polícia Civil, vai fazer perícia. Nada disso! E o projeto é bem claro: caberá ao Poder Executivo regulamentar, caberá ao Poder Executivo dizer como vai acontecer isso, como vai se tratar isso. Será feito através de um decreto que pode ser prorrogado, que pode ser refeito, que pode ser revogado, agora, nós não podemos nos furtar de fazer a experiência. Nós não podemos nos furtar de permitir que a população de Porto Alegre, que quer ter essa segurança na sua rua, no seu bairro, o faça. Por que ser clandestino se pode ser oficial? Porque o que é ilegal pode se transformar em legal, a pessoa saber quem é a empresa, quem é que está cuidando da sua rua, que é que está cuidando do seu bairro, e essa câmera de segurança estar vinculada ao SEI, não precisa estar pedindo a filmagem para ninguém, está lá vinculada ao SEI. Por que não se pode oficializar o que é informal hoje em dia? Eu encaminho aqui, em nome da bancada do meu partido, para que nós aprovemos esse projeto, que é um projeto relevante para a população de Porto Alegre num todo. É um

projeto relevante para as comunidades, é um projeto relevante que vai poder criar em vários bairros de Porto Alegre o que se vê anunciado – aí é que vem o contraponto: "Venha para um bairro com plena segurança". E isso se vê todo o dia nas redes sociais, nos jornais, na TV, empreendimentos anunciando. Então pode agora o povo cuidar da sua própria casa, cuidar do seu bairro, cuidar da sua rua. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 030/21, como coautor.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Vou ser rápido, pelo adiantado da hora. Agradeço a todos que acompanham a pauta até o momento, mas preciso fazer umas considerações importantes. Primeiro, não podemos confundir loteamento com condomínio ou loteamento fechado, o loteamento continuará com serviços públicos. Segundo, 60% significam 3/5, é a mesma coisa que é necessária para a modificação de emenda constitucional. Então, aqueles que vieram aqui falar sobre 100%, pensem um pouquinho sobre isso, vamos pensar sobre isso. Não tem impedimento de entrada! Loteamento que impedir acesso a outros bairros não pode ser loteamento monitorado e controlado. Vigilância não armada, por óbvio. E os requisitos específicos, se aqui vai ter comércio ou não vai, continuam sendo de zoneamento, Plano Diretor, Prefeitura; não somos nós. Existe uma lei federal que já criou e tipificou o loteamento, acesso monitorado e controlado, ou seja, nós não estamos criando algo. Como disse o Ver. Jessé, não queremos é que o poder público atrapalhe a vida das pessoas. E quero dizer aqui aos nobres vereadores que são da segurança pública que, dos debates que a gente fez parte, seja no Verdes Campos, seja na Lomba do Pinheiro, seja na Nova Ipanema, seja no São Caetano, muitos servidores da segurança pública que estão atuando como moradores são a favor do projeto. Mas por que é tão ruim projeto assim? Se o morador com a sua família, que é servidor da Segurança Pública, vários inclusive sugeriram aqui textos de emendas, que nós acolhemos os três autores, Ver. Cassiá, Ver. Hamilton e eu acolhemos, através da Emenda nº 01, por exemplo. Eu quero ler aqui um texto rápido, não é muito grande, são linhas, para ver como a ideologia das pessoas... E eu aprendi aqui na primeira legislatura e falei para os moradores, amigos que trouxeram, e eu fui lá na Zona Sul, praça, patos, lago... E aí toda a população aproveita aquele espaço. Qual o problema de a pessoa chegar e se identificar? Qual o problema? Se eu vou com a minha família, eu me nego a me identificar: "Bom, eu não quero me identificar". Mesmo assim tu vais entrar com a tua família e vais aproveitar a praça. Agora aqueles que precisam ser inibidos de entrar, se sentem inibidos quando têm um monitoramento, é simples de compreensão. Mas eu vou explicar aqui o que eu aprendi na primeira legislatura. Quando se sobe aqui, Ver. Felipe Camozzato, o vendedor, mais ou menos, sabe se ele vai ser contra a favor, ele só fica escolhendo argumentos, inventa um argumento: "Ah, mas se...", é que nem o semáforo: "Agora, a partir de hoje, em Porto Alegre, não vamos poder colocar semáforo em nenhuma rua se

não tiver cem por cento de aprovação daquela rua”. Absurdo. Vou ler aqui algumas linhas (Lê.): “As comunidades poderão organizar-se disponibilizando serviços de vigilância e utilizando recursos tecnológicos em prol da segurança local. Igualmente poderão formar convênios com o Município de Porto Alegre para orientação e adequação das ações e normas vigentes. As comunidades poderão, por meio de entidades representativas, devidamente constituídas, firmar convênio”. Outro trecho (Lê.): “As comunidades poderão dispor de serviços de vigilância por meio de pessoal registrado, equipamentos eletrônicos, etc.” Olha esse artigo aqui (Lê.): “No caso de comunidades que possuam acessos exclusivos de entrada e saída, poderão ser instalados equipamentos e alocado pessoal para manter a vigilância acerca da segurança local nos termos a serem definidos no convênio”. Eu poderia dizer tudo isso? Sim, mas esse texto não é meu, esse texto, Ver. Leonel Radde, é da lei do PT, que teve voto favorável do Adeli Sell, do Engº Comassetto, da Jussara Cony – grande Jussara Cony –, Sofia Cavedon. Agora, porque foi proposto talvez, Ver. Cassiá, por um cara, “um maluco do bem” do PSDB, por um ex-atleta do PP e também pelo Hamilton, que é do PTB, talvez por isso agora eles sobem aqui e a lei é ruim. Mas esta foi aprovada com os votos dos nobres vereadores do PT. Eu lamento, porque eu acabei de votar na sua proposição, Ver. Oliboni, porque era boa para a cidade, uma proposição na semana passada. Vamos parar de ideologizar! Vamos parar de atacar a servidora da Brigada Militar, que tem a sua carreira! Vamos parar de levar o discurso e vamos pensar no benefício de vida daquelas pessoas! Obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 030/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, colegas, boa tarde ao público que nos acompanha também, fiz questão de vir apenas manifestar o final do processo, depois de muitos embates, aliás, debates acalorados, o nível de tensão no ar elevadíssimo, e eu vou fazer uma discussão talvez um pouco mais tranquila, um pouco mais serena. Nós nos preocupamos muito quando vimos inicialmente o processo tramitando, até fiz questão de falar, não apenas com o Moisés, como também com o Ver. Cassiá. Tiramos nossas dúvidas com a assessoria, fizemos a consulta também à Legislação Federal, aos precedentes que se tem do Judiciário sobre o tema para nos respaldar especificamente da parte técnica dessa votação. E aí, conforme nós fomos nos aprofundamos no tema, e as emendas contribuíram bastante para clarificar o projeto, me parece claro que o projeto está de acordo com aquilo que rege a nossa Constituição e também aquilo que é autonomia do Município fazer. Além disso, ele preserva, inclusive nós consolidamos em emenda que foi aí costurada, construída junto com os colegas através de muito diálogo para que consolidemos na legislação Municipal o entendimento que já existe em âmbito Federal de impossibilidade de cobrança de qualquer tipo de taxa. Também o direito à privacidade fica preservado, uma vez que

também não é obrigado a fazer identificação se assim não o quiser. Portanto, e aí eu até brinquei informalmente aqui que eu estava defendendo o direito dos amantes e das amantes de não querer se revelar, isso apesar da brincadeira, é muito relevante. Afinal de contas, quando nós estamos falando sobre LGPD, sobre privacidade das pessoas, efetivamente, num caso de obrigatoriedade de identificação, ou mesmo de qualquer constrangimento para cobrança de taxas, isso seria totalmente inadequado, seria, aliás, juridicamente impossível de ser viabilizado. E fica também o papel do Legislativo de fiscalizar e garantir a execução desses termos sob pena de judicializar a matéria, ou seja, direitos de ir e vir e de privacidade preservados, e também obviamente a intenção e o empenho da comunidade de conseguir garantir alguma segurança para seu entorno e seu acesso é melhorado. Obviamente isso não inibe, não tira o poder público das suas responsabilidades, tampouco tira obviamente do cidadão a sua vigilância, se ele assim se sente mais seguro em ter uma comunidade que o suporta. Não vejo problemas, portanto com a legislação, acho que teve muita gritaria aqui e muito ataque de uma parte ou outra, aliás, ataques até pessoais que eu lamento muito, mas, no final das contas, no frigor dos ovos o que nós temos aqui é uma legislação que me parece bastante adequada e fortuita. Portanto o nosso voto será favorável juntamente com as emendas que tornam o projeto, aí sim, garantidor desses direitos individuais mínimos que a nossa Constituição coloca. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 030/21, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quero agradecer aqui ao vereador, nosso líder, Cecchim, pela oportunidade de estar aqui encaminhado pelo governo. Encaminho aqui dizendo que sim, o governo diz “sim” a este projeto que dá segurança, mostra mais que está alinhado aos porto-alegrenses. O crime anda sobre rodas, e a gente sabe que o criminoso quer o anonimato, e é por isso que este projeto de implementação e regularização dos loteamentos com acesso monitorado precisa ser aprovado para que a gente possa efetivamente mostrar mais segurança, dar a sensação de segurança para essas pessoas que estão aqui, não só essas, vários outros loteamentos que têm solicitado ao meu gabinete, a vários gabinetes aqui, Ver. Moisés. Quero dizer que ninguém “chuta cachorro morto”, por isso que eu entendo que Ver. Leonel esteja aqui falando tão afavelmente a respeito do meu nome. Mas eu quero dizer para o Ver. Leonel que o PT não é dono da Brigada Militar. Ver. Oliboni, as nomeações da Brigada Militar, e é até bonito a gente aqui explicar para não ficarem falando coisa errada, se dão através do Comandante-Geral da Brigada, ponto. E independentemente de ser o governo do PT, do PSDB, do PP, do DEM, seja do MDB, que estiver ali, a Brigada não faz parte do governo, isso é uma ascensão na carreira. Então fica até bonito vocês começarem a falar direitinho porque senão fica feio. E vários vereadores sobem aqui, quando não têm razão, quando não sabem o que falar, falam: “Blá-blá-blá, Bolsonaro

genocida, blá-blá-blá, Bolsonaro genocida”. Nós não estamos falando do governo federal, nós estamos falando de algo que é real, que faz parte da vida das pessoas de Porto Alegre. Ninguém quer saber do governo federal, se é genocida, se é Bolsonaro, nós estamos aqui falando de pessoas que estão pedindo para que nós, vereadores, possamos dizer “sim” para segurança de cada um deles. Então, pelo governo, solicito aos corajosos vereadores que votem “sim” a este projeto, e cuidemos, porque a algumas emendas a gente vai ter que dizer “não”. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, as posições estão muito claras na Casa, cristalinas. Então, em função do adiantado da hora, conversei com a Ver.^a Comandante Nádia, e com aquiescência do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, para nós votarmos, se possível, em bloco. Só que seriam dois blocos. É claro que nós temos posição contrária no voto, isso tem que ser registrado.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 01, 03, 06 e 09 ao PLCL nº 030/021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pela Emenda nº 04, Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 e Emenda nº 07 ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Emenda nº 07, Sr. Presidente, estava destacada, já foi votada e rejeitada.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): A Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 foi retirada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Emenda nº 03 tem de ser retirada do bloco de votação aprovado anteriormente, pois possui Subemenda nº 01, e seus comandos são colidentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Faremos uma nova votação então.

Em votação requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, solicitando a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas n^{os} 01, 06 e 09 ao PLCL n^o 030/021. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco composto pelas Emenda n^{os} 01, 06 e 09 ao PLCL n^o 030/021. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 25 votos **SIM** e 08 **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): **APROVADO** o bloco composto pelas Emendas n^{os} 01, 06 e 09 ao PLCL n^o 030/21.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda n^o 10 e Subemenda n^o 01 a Emenda n^o 03, ambas ao PLCL n^o 030/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretoria Legislativa): Lamentavelmente, vereador, não é mais possível. Encerrada a discussão, não há mais como retirar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda n^o 03 ao PLCL n^o 030/21. (Pausa.)

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Apenas para esclarecer, o Ver. José Freitas tentou encaminhar a retirada da Subemenda n^o 01, então, pedimos aos autores e àqueles que concordarem que votem "sim" na Emenda n^o 03 e votem "não" na Subemenda n^o 01, já que o autor iria retirar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas retira o pedido de votação nominal para a Emenda n^o 03. Em votação a Emenda n^o 03 ao PLCL n^o 030/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Subemenda n^o 01 à Emenda n^o 03 ao PLCL n^o 030/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassiá Carpes, a Emenda n^o 04 ao PLCL n^o 030/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretoria Legislativa): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 09 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 04 ao PLCL nº 030/21.

Em votação a Emenda nº 10 ao PLCL nº 030/21. (Pausa.)

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Sr. Presidente, da mesma forma que o vereador proponente queria retirar a emenda, gostaria que os vereadores, então, votassem "não" à Emenda nº 10.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Em votação a Emenda nº 10 ao PLCL nº 030/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Leonel Radde, o PLCL nº 030/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretoria Legislativa): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 26 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLCL nº 030/21. Parabéns aos autores do projeto.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 149/18, por duas sessões.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1234/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 031/21, que dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS) do Município de Porto Alegre, altera os §§ 3º e 6º e inclui os §§ 8º e 9º no art. 5º da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, inclui o art. 2º-B na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004. **(SEI 118.00331/2021-56)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-12-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 031/21. (Pausa.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h25min)

* * * * *